

# **O ritmo de um jornal diário – o caminho, os desafios e as dificuldades**

**Natália David dos Santos Costa Vilarinho**

**Relatório  
de Estágio de Mestrado em Jornalismo**

**Abril de 2014**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica do  
Professor António Granado e co-orientação da Professora Dora Santos Silva

*Aos meus Pais, que perante o fantasma do desemprego e a recusa da DGES na atribuição da bolsa de estudo, tornaram com o seu patrocínio a entrega deste trabalho possível.*

*Aos meus gatos (Akira, Branquinha, Mushi e Suri) por me presenteararem diariamente com quatro visões muito próprias do mundo e de todas as coisas.*

*À minha Teresa, por ser comigo.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Andreia Sanches, à Andrea Cunha Freitas e à Catarina Gomes por tudo o que me ensinaram durante três meses. À Maria João Lopes também, mas principalmente por sorrir comigo todos os dias.

Ao André Vidal pelo companheirismo e inabalável optimismo.

À minha madrinha, cujas palavras foram as mais importantes que poderia ter ouvido.

## **O ritmo de um jornal diário – o caminho, os desafios e as dificuldades**

**[The rhythm of a daily newspaper - challenges and difficulties]**

**Natália Vilarinho**

### **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Público, Jornalismo, Estágio, Universidade, Ensino, Reportagem

Elaborado no âmbito do Mestrado em Jornalismo, este relatório procura percorrer a experiência prática de três meses na secção de Sociedade do jornal Público, com uma reflexão acerca da adequabilidade das competências adquiridas na faculdade. Seguindo uma linha condutora de análise das funções desempenhadas, procura-se traçar um caminho entre o que se aprende e aquilo em que consiste o mundo profissional, tendo em conta as dificuldades e soluções encontradas.

### **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Público, Journalism, Internship, University, Education, News Report

Written in the context of the Master in Journalism, this report tries to go through the three months experience of working at the society section of the newspaper Público, with a reflexion about the proper skills acquired in the university. This work analyses the differences between what we learn and what is effectively applied in the work itself, regarding the main difficulties and solutions found.

## ÍNDICE

Introdução .....	1
Capítulo I: Expectativas geradas em torno do estágio .....	3
I. 1. Enquadramento do estágio no âmbito do Mestrado .....	3
I. 2. Enquadramento do papel do estagiário no jornal .....	4
I. 3. As expectativas criadas em torno do Público .....	5
Capítulo II: O Público .....	5
II. 1. Caracterização do jornal Público: actuais secções e cadernos .....	5
II. 2. A mudança de paradigma: o online começa a ser pago. ....	13
Capítulo III: O ritmo de um jornal diário – o caminho, os desafios e as dificuldades..	15
III. 1. A chegada à redacção: primeiras impressões e sensações.....	15
III. 2. Caracterização da secção Sociedade. ....	16
III. 3. O jornalismo especializado.....	18
III. 4. O jornalismo fora da secretária: o trabalho fora da redacção.....	20
III. 5. As fontes.....	25
III. 6. Da notícia diária à reportagem .....	28
III. 7. A escrita da reportagem.....	36
III. 8. A notícia de manifestação como uma reportagem.....	38
III. 9. A notícia institucional, uma notícia diária.....	41
Capítulo IV: O balanço de três meses de estágio .....	43
IV. 1. Um percurso diário num jornal diário .....	43
IV. 2. Adequabilidade das competências adquiridas no mestrado .....	44
IV. 3. Dificuldades encontradas: problema, solução, acção .....	46
Conclusão.....	48

Bibliografia .....	52
Anexos .....	54

## INTRODUÇÃO

Entrei no Mestrado em Jornalismo sem ter tido previamente qualquer experiência na área, ou algo a que pudesse chamar como tal – apenas uma breve colaboração com uma revista digital dedicada ao mundo automóvel, para a qual redigi textos sobre a história de algumas marcas e modelos, mas muito longe do que mais tarde vim a aprender ser jornalismo, no decorrer do Mestrado na FCSH-UNL.

A minha licenciatura em Filosofia começou por poder aparentemente criar uma distância entre mim e o jornalismo. Enquanto a maioria dos meus colegas, provenientes de licenciaturas na área da comunicação, estava já familiarizada com realidades simples como o sistema de pirâmide invertida e a forma de construção de um *lead* noticioso, eu tive de aprender tudo do início. No entanto, não entendo um mestrado como um percurso fechado em si, mas sempre impregnado dos estudos e experiências prévios à sua frequência. Nesse aspecto, senti que a minha licenciatura em Filosofia me permitiu ter uma noção abrangente das diferentes disciplinas e realidades, o que julgo ter sido uma preciosa ajuda no meu processo de aprendizagem neste mestrado em jornalismo. Mergulhei no plano curricular de um curso profissionalizante com quase tudo para aprender, mas sem ser uma *outsider*. Fiz uso da minha licenciatura e da minha experiência profissional (no departamento de marketing de uma marca automóvel), para colmatar qualquer falha que pudesse sentir.

A minha condição de trabalhadora-estudante teve influência no meu percurso no mestrado em jornalismo, tanto na parte curricular como na componente não-lectiva. Se a minha escolha relativamente ao trabalho final de curso recaía inicialmente numa elaboração de uma dissertação, a situação inesperada de desemprego proporcionou-me a oportunidade de poder realizar um estágio em jornalismo e, assim, colocar em prática ferramentas que aprendera em tão pouco tempo – e por vezes de modo tão menos prático e muito mais teórico para um trabalhador-estudante.



A frequência do curso pressupõe um percurso profissionalizante que culminará num trabalho final, mas também pressupõe uma continuidade face à licenciatura concluída anteriormente. O primeiro ponto da lista de objectivos educativos do mestrado em jornalismo referenciados no *site* da FCSH-UNL assinala o “adquirir capacidade para desenvolver conhecimentos teóricos sobre o funcionamento do campo jornalístico”. O segundo ponto sublinha a aplicação dos “conhecimentos adquiridos e a capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares”, o que julgo ter vivido na pele no decurso do estágio curricular realizado. Será neste ponto que incidirá mais pormenorizadamente este relatório de estágio: de que modo aquilo que aprendi no mestrado foi aplicado no meio profissional e de que forma consegui superar as minhas dificuldades do ponto de vista prático.

Tentarei demonstrar de que modo adquiri competências delineadas pelo segundo ponto da lista de objectivos educativos, e para isso terei que satisfazer o ponto quatro: “ser capaz de comunicar as conclusões do seu estudo e do seu projecto, bem como os conhecimentos e os raciocínios a elas subjacentes; quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades”.

## **I – Expectativas geradas em torno do estágio**

A frequência do mestrado em jornalismo pressupõe um percurso profissionalizante que culmina num trabalho final que poderá ser uma dissertação, um trabalho de projecto ou um estágio com entrega de relatório. Escolhida a última opção, é preciso pensar em que instituição gostaríamos de ter uma experiência de trabalho prática.

Face às unidades curriculares que tive oportunidade de abraçar com mais profundidade no mestrado, a imprensa escrita reuniu desde logo a minha preferência. Deste modo, e por ter sido desde cedo a via escolhida para seguir académica e profissionalmente, o local de estágio escolhido acabaria sempre por recair nesta linha de actuação.

A instituição escolhida adivinhava-se, para mim, uma prova de fogo. Abraçar o desafio de estagiar três meses num jornal como o Público, apontado por muitos como o meio de comunicação referência em Portugal, seria um motivo de entusiasmo, mas para mim era mais que isso. Abraçar o desafio de estagiar três meses com tanto ainda para aprender num jornal tão referenciado como o Público era também extremamente assustador. E desafiante.

Tinha a expectativa de poder integrar a secção de Cultura. A minha preferência no decorrer no plano curricular na faculdade inclinou-se desde cedo no jornalismo cultural. E já o meu plano de estudos na licenciatura em Filosofia fora dedicado à cultura. Deste modo, a temática cultural foi a escolhida para integrar o estágio curricular no Público, mas não aquela na qual tive a oportunidade de trabalhar – mais um desafio, o de sair da zona de conforto.

### **1) Enquadramento do estágio no âmbito do mestrado**

O protocolo de acordo entre a FSCH-UNL e o jornal Público, que assinei antes do início do estágio curricular, assinala a entrada em vigor do Processo de Bolonha,

permitindo a adopção de “novos modelos de organização do ensino superior”, o que inclui um sistema “baseado no desenvolvimento de competências”.

A possibilidade de realização de um estágio curricular na componente não-lectiva do curso tem como objectivo garantir “o desempenho de funções de carácter profissional relevantes”, envolvendo a aplicação dos conhecimentos práticos e teóricos adquiridos na fase curricular do curso.

Os trabalhos realizados no âmbito da minha frequência no mestrado poucas vezes tiveram a característica de ser realizados no terreno. Não que os professores não o incentivassem, mas porque para um trabalhador-estudante (à data da frequência da componente lectiva), essa realidade é mais difícil de se alcançar – ou se está no emprego ou na faculdade. E foi, assim, com pouca noção prática que parti para o meu estágio curricular.

O protocolo sublinha que no final do estágio devemos apresentar à FCSH-UNL um relatório com uma “reflexão crítica e informada da actividade realizada no seu âmbito” – a tal pretende responder este trabalho.

## **2) Enquadramento do papel do estagiário no jornal**

O contrato de estágio curricular assinado com o jornal Público indica que o estágio curricular permitirá a aquisição de uma “qualificação complementar ou de uma experiência qualificante válida que melhore as capacidades de acesso ao mercado de trabalho”. Estando, de resto, em linha com o cariz profissionalizante do mestrado em jornalismo da FSCH-UNL.

Devemos realizar todas as actividades inerentes à secção onde estamos incluídos, mas com a possibilidade de ter contacto com “todos os sectores da redacção”. Para desempenhar as nossas actividades podemos usufruir de todo o equipamento que o jornal coloca à nossa disposição. Em contrapartida temos uma obrigação de confidencialidade e de autorização plena de utilização dos trabalhos produzidos durante a duração do estágio.

### **3) As expectativas criadas em torno do Público**

O jornal Público é comumente assinalado como o diário de referência em Portugal, aquele que agrega as contribuições dos melhores jornalistas, do melhor jornalismo e dos melhores *opinion-makers*. Se tal opinião é facilmente observável num ambiente exterior ao mundo do jornalismo, quando se chega à faculdade torna-se uma evidência. A maioria dos exemplos estudados em artigos nas aulas provém do Público. As reportagens nos mais variados ambientes, as notícias, as críticas, *reviews* e perfis são os mais estudados. E é na faculdade que tomamos contacto mais de perto com o trabalho dos jornalistas com quem vamos ter oportunidade de trabalhar mais tarde, no estágio, o que também se reveste de alguma importância na construção das expectativas que são geradas.

A expectativa gerada pela oportunidade de experiência de trabalho num jornal como o Público é proporcional ao desânimo e ao pessimismo com que nos recebem desde o primeiro momento. Na faculdade já lemos sobre a crise no jornalismo: *“We should note, right off the bat, that the news institutions of the future will be smaller than they are today (...) staffing reductions, lowered budgets and a need to “do more with less” have become the “new normal” for journalistic organizations”*, diz o relatório *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present*, do Tow Center for Digital Journalism.

Não julgo que um estagiário entre no jornal com a ideia de que aí poderá ficar a trabalhar – temos todos conhecimento do despedimento colectivo ocorrido no jornal em 2012. Mesmo assim, logo que chegamos, é-nos dito imediatamente que ninguém vai ficar. Desânimo para uma não-criação de expectativas? Ou uma simples constatação de uma tendência?

## **II – O Público**

### **1) Caracterização do jornal Público: actuais secções e cadernos**

O jornal Público apresenta-se em versão impressa, *online* e em aplicações para *tablet* e *smartphone* (para sistemas Android e iOS). As secções são no cômputo geral as mesmas para diferentes formas de apresentação da publicação, mas com algumas diferenças de aplicação a cada tipo de plataforma.

### **Edição Impressa**

As primeiras páginas da edição impressa do Público são destinadas ao destaque do dia, que se desenvolve ao longo de várias páginas e com temas variados dentro da actualidade. Nas páginas seguintes surge o tema *Portugal*, onde se incluem as secções de Sociedade e Política. O jornal tem duas edições locais, uma destinada ao Porto e outra a Lisboa, e são precisamente as páginas dedicadas ao Local que surgem de seguida, abrindo caminho para as secções de Economia, Ciência, Mundo e Cultura. Esta última é precedida de páginas de dicas para “Ficar” (programação de televisão) e “Sair” (programação de cinema, teatro, exposições e dança, entre outros campos culturais). A última secção a surgir é a de Desporto. O “Espaço Público”, nas páginas finais, engloba os editoriais, as cartas à directora e os artigos de opinião.

Para além destas secções, a edição impressa do Público apresenta frequentemente reportagens especiais de duas páginas em que a fotografia tem uma presença importante. Os temas são variados e o espaço diferencia-se com o sombreado das folhas: internamente designam-se como “magnólias”.

A versão impressa do Público apresenta como cadernos o Ípsilon e o Inimigo Público, com distribuição à sexta-feira, o Fugas (ao Sábado) e a Revista 2 (ao Domingo).

### **Público.pt**

O Público estreou-se *online* em 1995, inicialmente como um simples repositório da edição em papel. Foi em 1999 que se constituiu a secção “Última Hora”, que culminou com a constituição de uma redacção própria destinada ao espaço *online*.

O Público.pt percorreu na sua história os três níveis sistematizados por John Pavlik: num primeiro momento os *sites* constituem-se como cópias do papel, num segundo começam a ser enriquecidos com produção própria e interactiva e no terceiro verifica-se finalmente a produção de conteúdos específicos.

O *site* do Público encontra-se no terceiro nível apontado por Pavlik. Atente-se como exemplo o projecto multimédia Casa do Vapor, publicado em Outubro de 2013 e produzido especificamente para a Web, com uma elevada interactividade entre texto, vídeo, fotografia e ilustração.

Relativamente à versão impressa, os destaques são naturalmente dados de outra forma. A Web permite uma elasticidade na paginação e no *design* e os vários destaques ao longo do dia ocupam o topo da página do jornal, não deixando, no entanto, de deixar de estar dentro da respectiva secção. Repetem-se as secções Economia, Ciência, Mundo, Cultura e Desporto. Tal como no papel, as secções de Política e Sociedade surgem englobadas num único tema: Portugal, que no *online* integra mais uma secção, o Local.

Dentro do espaço dedicado à secção de Economia, surgem temas como os mercados, a banca, empresas, trabalho e emprego, conjuntura, finanças públicas, internacional e empreendedorismo. A secção Mundo apresenta-se dividida não por temas mas por zonas geográficas: Europa, América, África, Ásia, Médio Oriente e Oceânia.

A secção Cultura trabalha com base nas diferentes áreas culturais que abrange: música, cinema, teatro, dança, livros, artes, arquitectura e património. No mesmo espaço estão disponíveis as notícias do suplemento Ípsilon, numa coluna que faz a ponte entre o *site* do Público e o *site* do Ípsilon.

A página de Desporto é sobretudo dedicada ao futebol. A secção não está dividida em modalidades, mas em temas relacionados com esta modalidade: Porto,

Benfica, Braga, Sporting, futebol nacional, futebol internacional, selecção nacional, (e só depois) ténis, motores e outras modalidades.

A página de Ciência divide-se em espaço, medicina e ecosfera, apesar de os artigos se debruçarem muitas vezes sobre temas relacionados com a biologia e a etologia. Durante o tempo que estive a estagiar no jornal, foi um tema muito presente nas “magnólias” da edição impressa do Público.

O *online* apresenta ainda as secções Tecnologia, que trata das redes sociais, empreendedorismo (aplicado às tecnologias), telemóveis, *tablets*, Google e Facebook. O espaço de Opinião abrange blogues, editoriais, project syndicate (*site* de opinião internacional), colunistas, vídeos e cartoons.

Por vezes presente nas páginas de Opinião, José Paquete de Oliveira voltou a ser o Provedor do Leitor do Público. Depois de um interregno, regressou a 1 de Dezembro de 2013 às páginas da edição impressa e à Web: [blogues.publico.pt/provedordoleitor/](http://blogues.publico.pt/provedordoleitor/). Este espaço pressupõe ser uma instância ao lado do leitor, oferecendo-lhe segundo o Livro de Estilo do Público “*um interlocutor permanente, independente e responsável pela defesa dos seus direitos*”. Para os jornalistas do Público, constitui “uma instância crítica do seu trabalho à luz das normas deontológicas que regem a profissão”.

O Multimédia está profundamente presente no *online* através de vídeos, fotogalerias, infografias e vídeos provenientes da estação de televisão TVI. Uma parceria iniciada em 2012 permite que a informação veiculada pelo Público seja complementada com vídeos que possuem um *link* directo para o *site* da TVI e TVI24. As faculdades transmitem cada vez mais a necessidade de um jornalista saber registar notícias, não só textualmente mas também com registo de imagem ou vídeo. Dan Gillmor dá o mote: “*Devíamos estimular os repórteres a conseguirem imagens de vídeo com som. Não estou a sugerir que transformemos os jornalistas em operadores de vídeo (pelo menos por enquanto), pois tudo o que possa distraí-los da missão de informar afectará em muito o jornalismo. No entanto, faz todo o sentido dispormos na*

*hora de imagens rápidas em vídeo de uma determinada cena, o gabinete de alguém que estamos a entrevistar, por exemplo; talvez se possa publicá-las na Web, com pequenos ajustes”* (Gillmor: 2005, 136). A multidisciplinaridade dos jornalistas é um campo em crescente exploração.

É muito fácil percorrer os temas de cada secção no Público.pt. Livre de constrangimentos de espaço, a Web permite que os vários temas estejam sempre disponíveis dentro de espaços específicos dentro do *site*. Estes espaços não só permitem o agregar de notícias do mesmo tema como também permitem a fácil consulta do arquivo do jornal.

O acesso ao arquivo do Público é uma mais-valia na assinatura do jornal. Apesar de existirem arquivos desde que existe imprensa, os arquivos digitais beneficiam das potencialidades oferecidas pela Web: a possibilidade de serem complementados com áudio, vídeo, imagens ou infografias, faz com que se tornem mais atractivos para o próprio leitor. Para António José Lopes da Silva, o consumo de notícias *online* “*é essencialmente um consumo activo, decorrente não só da actividade física de clicar no rato mas sobretudo da procura de notícias que preencham as necessidades de informação de cada leitor*” (Silva: 2006, 65). Tal aplica-se também à possibilidade que o digital oferece de constituição de *dossiers* temáticos, à disposição do leitor para que este possa complementar a informação que lê.

O arquivo tem a capacidade de contribuir para a infinitude da publicação de notícias, segundo António José Lopes da Silva, “*o espaço de publicação de notícias tende para o infinito; o tempo que elas estão disponíveis pode ser a eternidade*” (Silva: 2006, 15). Por outro lado, também pode constituir uma fonte de rendimentos extra, ainda que não decisiva: “*uma vez que um jornal tenha o seu arquivo disponível na Internet, tem uma fonte de rendimento extra*” (Seib in Silva: 2006)

A possibilidade de publicação *online* de algum material que sustente e suporte o que é noticiado representa uma enorme vantagem. A possibilidade de publicação *online* de conteúdos veio permitir aos jornais outrora apenas impressos a



oportunidade de acompanhar os outros órgãos de comunicação social num ritmo de 24 sobre 24 horas de notícias actualizadas a todo o instante, o que não era possível numa publicação presente apenas em papel. E isso representa uma inovação: *“the opportunity to provide original source material online, including scanned copies of documents and reports or linking to sources cited in articles, represent major advances”* (Fowler-Watt & Allan: 2013, 22). A questão supera a mera oportunidade de acompanhamento de notícias, representando para além disso uma possibilidade de maior transparência junto dos leitores: *“thereby inviting audience members to decide for themselves whether to trust the information provided. It is important for the public to consider newspaper to credible sources of information”* (Fowler-Watt & Allan: 2013, 22).

### **Os outros sites dentro do Público.pt**

O Público.pt agrega dentro de si vários *sites*. Alguns são dedicados aos suplementos impressos: Fugas, Ípsilon, Revista 2 e Inimigo Público mas outros assumem uma identidade própria na Web, como é o caso do Life&Style, P3, Cinecartaz e Guia do Lazer.

O Fugas *online* divide-se nos temas viagens, hotéis, restaurantes e bares, vinhos, motores, dicas dos leitores, notícias e blogue em viagem. Relativamente à versão impressa, o *online* mantém em traços largos a sua estrutura e temática.

Enquanto na versão impressa os artigos surgem sem uma etiqueta de tema, o Ípsilon divide-se no *online* em categorias específicas. Na versão electrónica, este caderno divide-se em música, teatro, dança, cinema, livros, artes e flash. De todas as secções, apenas o flash é visível na versão em papel.

A Revista 2 surge no *site* agregada ao espaço dedicado a temas especiais e também dentro da secção Multimédia. É ao abrir um artigo que tenha sido trabalhado na revista que abrirá o *site* publico.pt/revista2. A sua concepção *online* é extremamente atraente e destaca-se do design utilizado noutros suplementos.

O Inimigo Público é o único *site* dentro do portal do Público que não apresenta uma barra com *links* para as restantes secções *online*, exibindo apenas o símbolo do jornal para que o utilizador possa voltar à página inicial – um projecto dentro de outro projecto?

O Life&Style é um canal dentro do *site* do Público com artigos acerca de moda, beleza, bem-estar, gastronomia (temática tratada também pelo Fugas), família e relações (temática familiar com entrevistas, perfis e reportagens relacionados com a família e incluindo um consultório sexual) e pessoas (artigos, entrevistas e perfis de pessoas famosas e as suas vidas). Não existe nada na edição impressa que seja equivalente a esta secção.

O P3 está sedado no Porto. É um projecto conjunto do Público, Faculdade de Letras, Faculdade de Engenharia e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores daquela cidade. Constitui uma iniciativa do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Factores de Competitividade.

Assumindo uma maior aproximação ao leitor, o P3 fomenta a criação de perfis de forma a que se possa escolher as temáticas noticiosas que se deseja ler, ao mesmo tempo que incentiva à participação no projecto. O princípio é assumido no *site*: o *P3 nasceu para todos os jovens (e não só) que se encontram afastados dos órgãos de informação por não se reverem nos temas tratados*.

O P3 pede imagens e textos aos leitores, situando-se numa lógica de abertura da imprensa a quem a consome, o que se revela uma tendência crescente sobretudo nos meios *online*. Para António José Lopes da Silva, os leitores têm hoje um peso muito maior do que alguma vez se sentiu em qualquer meio de comunicação social, e tudo graças à internet: “*As ferramentas que a Web coloca à sua disposição permitem-lhes aconselhar, criticar, repreender, escrutinar e ameaçar os media tradicionais. Permitem-lhes até passar a publicar as suas próprias notícias e informações*” (Silva: 2006, 119). Para Dan Gillmor, depois de ter sido o primeiro meio de informação a oferecer voz

directa aos leitores, a internet constitui a melhor oportunidade de “*fazer ainda melhor jornalismo*” (Gillmor: 2005, 119). O P3 é um bom exemplo e não tem qualquer presença no papel. O *site* deste projecto divide-se em cultura (mp3, filmes, palcos, livros, exposições, design e arquitectura), actualidade (sociedade, educação, desporto, política, economia, ciência, ambiente e media) e vícios (*high-tech*, guia, trânsito, espaço e ecrã).

O Cinecartaz faz a abordagem do cinema em Portugal, referenciando estreias, filmes que serão exibidos em breve, críticas, notícias e passatempos. Na versão impressa não materializa nenhuma secção, surgindo diluído nas páginas de Cultura, de Sair e por vezes no caderno Ípsilon, à semelhança do Guia do Lazer, outrora com uma versão em papel vendida separadamente, hoje exibindo-se apenas na sua versão *online*, mantendo a missão de apresentar uma completa agenda sobre eventos e locais no território nacional.

Mais do que um *site*, o Público.pt pode ser visto como um portal, para o bem e para o mal. Estão lá notícias de última hora, notícias do dia ou da semana, reportagens, perfis e entrevistas, mas também integra serviços como jogos ou um *site* de encontros. Inclui uma loja *online* que vende tanto as colecções de livros editados pelo jornal como vinhos e *merchandising* de várias marcas. Se a tudo isto juntarmos o recente *site* de promoções, pode parecer que o portal do jornal, integrado no grupo Sonae, se aproxima cada vez mais de um modelo de negócio parecido com um centro comercial. Está lá tudo, basta utilizar.

O projecto Público Mais foi constituído com a missão de produzir trabalhos de fundo financiados por mecenas angariados pelo jornal. Diz o *site* publico.pt/publicomais: “*Face às circunstâncias actuais do sector da imprensa e para consolidar a excelência do jornalismo português, criámos o projecto “Público Mais”*”. As entidades mecenas deste projecto: BES, EDP, Galp Energia, Mota Engil, REN, Santander Totta e, previamente, também a Vodafone, fazem parte de um grupo de empresas que se afirmam com perfil filantrópico com o objectivo de “*dar aos leitores*

*melhores conteúdos jornalísticos” e cuja utilização é da “exclusiva responsabilidade da direcção editorial do Público”.*

### **Versão *tablet* e *smartphone***

As versões *tablet* e *smartphone* do Público estão disponíveis para sistemas Android e iOS. É possível navegar pelas notícias percorrendo as várias secções temáticas e fazer *download* da versão impressa do jornal e dos seus suplementos. Incluem um campo Multimédia, onde estão disponíveis várias fotogalerias.

## **2) A mudança de paradigma: o *online* começa a ser pago**

Foi durante o meu período de estágio que o Público mudou a sua modalidade de subscrição digital. Se antes o *site* era de acesso inteiramente livre (com excepção dos artigos de opinião e algumas reportagens), em Novembro de 2013 passou a estar disponível ao leitor a totalidade dos conteúdos digitais, mas até ao limite de leitura de vinte artigos por mês. Para ler mais do que isso, é necessária uma subscrição.

Ao jornal Sol, na edição de 26 de Novembro, a directora do Público, Bárbara Reis, afirmou ser esta uma decisão ponderada ao longo de meses. O modelo aposta na diferenciação pela qualidade: *“Há notícias gratuitas em todo o lado, mas no site do Público o leitor encontra conteúdos profundos, distintivos e únicos”*, disse. Recentemente, o New York Times lançou uma modalidade de subscrição “low cost”: o NYT Now. Por dois dólares por semana o leitor tem acesso a uma aplicação para iPhone e uma área específica dentro do *site* nytimes.com, dedicada às notícias mais importantes do dia. Por 3,75 dólares, a subscrição premium oferece acesso ilimitado ao *site* e uma aplicação para *smartphone*. O objectivo, como referiu no início de Abril deste ano Denise Warren, vice-presidente executiva do New York Times, é poder oferecer produtos digitais destinados a diferentes tipos de leitores (Bartlett: 2014).

No Público, se antigamente era possível escolher entre uma assinatura semanal, mensal, semestral ou anual, neste momento é apenas possível assinar o Público mensal (9,99€) ou anualmente (99€). E não existe qualquer diferenciação entre

produtos, a não ser a recentemente criada assinatura dedicada a estudantes universitários e disponível por metade do preço praticado para o público em geral.

No resto da imprensa portuguesa, o panorama é diversificado. A assinatura digital do Diário de Notícias segue os valores praticados pelo Público, mas recentemente o Jornal i passou a disponibilizar a sua edição *online* anual por 45€, menos de metade do preço pedido pelo Público. E não limita o leitor em nada na sua navegação pelo *site*.

Parece paradoxal que num tempo em que se sinta a necessidade de fidelizar o leitor, o Público opte por fechar os seus conteúdos. O ponto de partida é uma lógica de qualidade de conteúdos, aliada à realidade crescente das assinaturas digitais fora do país. Resta agora saber como reagirão os leitores portugueses ao desafio de passar a pagar por conteúdos que sempre foram gratuitos.

Mais paradoxal, será este um “tudo ou nada” do Público? Belmiro de Azevedo declarou numa entrevista ao jornal em Março de 2013: *“em 2014, 2015, em princípio, [as receitas da] edição online ultrapassam a edição impressa e ao longo desse período haverá um crescendo da circulação [paga] que hoje é ainda pequeno. Admite-se que nesse período se chegue a uma situação de equilíbrio económico ou financeiro”*. Caso não aconteça, a decisão já está tomada: *“devemos criar condições para cumprir com o que está desenhado [o plano de negócios do Público], o que passa muito para que daqui a dois anos [as receitas da] circulação online ultrapasse a impressa. É uma tendência. A Sonae não pode manter uma empresa a perder dois, três milhões por ano. Não pode, pura e simplesmente. O compromisso para continuar é dentro do equilíbrio. Se não houver, tenho muita pena mas não pode ser (...) Não há muita gente a aguentar um “perdócio” de 25 anos”*. Será esta estratégia da direcção do Público a mais acertada para fazer face a esta decisão? Veremos, 2015 está a caminho.

O princípio de Belmiro de Azevedo, centrado na ideia de que o jornalismo tem de dar lucro, vai profundamente contra Robert Picard, citado na introdução do relatório Chasing Sustainability on the Net, de 2012: *“As Picard states, it should be*

*remembered that journalism has never been a viable product as such. It has always needed some other source of revenue than just the money collected directly from the readers” (Sirkkunen & Cook: 2012, 7). Por outro lado e segundo mesmo estudo, os leitores ainda olham para os conteúdos digitais como algo que deve ser gratuito (especialmente as notícias de última hora): “There may be more consumers of online and mobile news but fewer of them are prepared to pay for it. Readership is more sporadic and irregular than in printed forms and it is still unclear in which cases the subscription model of paying for content works online”. (Sirkkunen & Cook: 2012, 8).*

O paradigma actual pode não ser ainda o do pagamento, embora a aposta recaia cada vez mais numa óptica de lucros, perdendo o focus na qualidade: *“Os grandes órgãos de comunicação gostam de lucros chorudos (...) a situação conduziu a uma espécie de síndrome do esvaziamento: editores de jornais e directores de estações de radiodifusão perceberam que podem cortar na quantidade e na qualidade dos trabalhos jornalísticos, pelo menos durante algum tempo, com vista a aumentar os lucros” (Gillmor: 2005, 17).*

O jornalismo está em risco, *“deixou de sobreviver na sombra de uma das suas propriedades originais: a de observador vigilante e denunciador do perigo. Ele próprio vive hoje a eminência do perigo” (Oliveira: 2010, 19). Num imenso campo de trabalho em permanente pulsar, a finalidade do jornalismo continua a ser exactamente igual: “the one thing that isn’t changing is the why of journalism; why free people need independent thinkers who will engage, on behalf of us all, in the fair, accurate, contextual search for truth” (Newton: 2013, 11).*

### **III – O ritmo de um jornal diário – o caminho, os desafios e as dificuldades**

#### **1) A chegada à redacção: primeiras impressões e sensações**

Fui contactada antes do início do estágio pela nova responsável pelos estagiários no Público, a jornalista Bárbara Wong. E foi-me pedido, por *email*, que escolhesse por ordem de preferência as três secções onde queria estagiar no jornal. A resposta seguiu rápida – cultura, sociedade e local.

O primeiro dia no jornal foi imediatamente anterior ao início oficial do estágio. Fomos recebidos na redacção nas instalações do Edifício Diogo Cão, na Doca de Alcântara, no dia 30 de Setembro. Neste primeiro dia, uma reunião com a secretária da redacção, Isabel Anselmo, e Bárbara Wong. Ficámos a conhecer outros estagiários, estabelecemos objectivos e tomámos conhecimento da secção onde seríamos integrados neste percurso. No meu caso, na Sociedade.

Recebi um primeiro aviso – com a editora da Sociedade sedeada na redacção do Porto, as coisas poderiam ser a certa altura “mais difíceis mas não impossíveis”. Deste modo, enquanto os meus colegas se reuniram após a reunião com os editores das secções onde fariam o estágio, eu estive a falar ao telefone com a minha editora, a jornalista Andrea Cunha Freitas. Foi-me assignada a primeira tarefa – inteirar-me dos vários temas dentro da secção e definir um tema de trabalho que gostasse de realizar.

Lançaram-nos um desafio: fazer um trabalho com um colega para publicação numa “magnólia” ou mesmo na Revista 2. Fiquei com a colega estagiária na secção de Ciência, Vera Novais e com o colega do Mundo, João Ruela Ribeiro. Depois de vários temas pensados, avançámos para o tema das doações cadavéricas, um trabalho que só veio a ser terminado após a conclusão do estágio curricular.

## **2) Caracterização da secção Sociedade**

Quando iniciei o meu estágio no Público, a secção de sociedade era composta por três jornalistas: Clara Viana, Andreia Sanches e Catarina Gomes. Mais tarde, a jornalista Maria João Lopes integrou também a equipa da secção em Lisboa. No Porto, trabalhei com o Samuel Silva e em Coimbra com a Graça Barbosa Ribeiro.

A secção Sociedade trata de temas relacionados com a educação, saúde, justiça, pobreza e exclusão social, religião e direitos (humanos e animais). A vastidão de tais temas apresentou-se de início avassaladora pelo seu alcance e ténues fronteiras. Até que ponto uma manifestação de professores contestando políticas educacionais de um governo é um tema de sociedade e não também de política? E quanto às medidas governamentais aplicadas à saúde? E o regime de doação cadavérica das faculdades de medicina em Portugal? Saúde ou Ciência?

A minha maior dificuldade à chegada à secção foi precisamente identificar os temas noticiosos a serem abordados dentro dela. A minha percepção à data de entrada na redacção fazia-me olhar para os temas abrangidos pela Sociedade como por vezes comuns à Política ou até ao Local. Aquilo que mais tarde para mim se tornou uma evidência, nos primeiros dias de trabalho na secção constituiu uma dificuldade a ser ultrapassada.

Encontrar notícias mostra ser, desde logo, uma das dificuldades à nossa espera. Editado pela UNESCO, “Story-Based Inquiry: A manual for investigative journalists”, aponta o caminho: “(...) *watch the media. In general, it is a good idea to monitor a given sector, so that you can begin to identify patterns, and thus realise when something unusual occurs. If you finish a story and think, “Why did that happen?”, the odds are good that there is more to investigate*”. (Hunter: 2001, 11). À medida que fui avançando no meu trabalho dentro do jornal fui percepcionando os limites elásticos de uma secção que trata de temas que tocam várias realidades sociais e humanas, muitas vezes, ou quase sempre, influenciadas pela política ou pela economia.

Por vezes senti a falta de um editor na redacção. Não houve espaço para tirar tantas dúvidas quanto gostaria e por vezes senti-me à deriva numa secção com temas tão vastos e tão especializados. Apesar de ter sempre abertura para agarrar no telefone e contactar a minha editora, por vezes pareceu-me que seria muito mais simples se a tivesse à minha frente e pudesse fazer uma simples pergunta de resposta rápida e que me desbloqueasse as dúvidas e o ângulo de abordagem dos temas.



O tema no qual mais trabalhei com a colaboração dos meus colegas foi o da educação, onde a falta de um background sólido que nos permita ler os temas com facilidade se fez sentir mais. E neste ponto, o contacto próximo da Graça Barbosa Ribeiro com os professores e com sindicatos e, do outro lado, a via aberta entre o Samuel Silva e os reitores representados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, permitiram sempre uma melhor e mais completa leitura da actualidade destes temas.

### **3) O jornalismo especializado**

*“The extent to which a journalist now needs to have in-depth knowledge about something other than journalism is increasing. Exposed by the wider availability and quality specialist commentary and knowledge, a deficit in skills in professional journalism is all the more obvious. In areas such as economics, science, international affairs and business, the complexity of information and the speed at which people wish to have it explained and contextualized leaves little room for the average generalist”.* (Anderson, Bell & Shirky: 2012, 35).

Fui confrontada com a importância da especialização no jornalismo em determinados trabalhos relacionados com a minha secção. Por algumas vezes tive que analisar em muito pouco tempo relatórios extensos sobre questões relacionadas com a saúde ou a educação. Nessas circunstâncias, a falta de um “olho clínico” e treinado acabaram por comprometer a minha leitura dos estudos e consequente produção de textos jornalísticos. O conhecimento dos dados de relatórios anteriores e de toda a envolvimento dos temas poderia ter-me ajudado a identificar mais facilmente a notícia por trás do comunicado.

Até que ponto podemos seguir nestas circunstâncias o nosso instinto e noticiar aquilo que nos parece mais importante? Aconteceu-me por vezes identificar os maiores pontos de interesse de um relatório e depois esperar, por precaução, pela notícia da Lusa para poder certificar-me de que estaria a ler com o correcto ponto de vista – e, por vezes, não estava. Não porque não saiba identificar pontos de interesse, mas porque simplesmente aqueles temas já

tinham sido tratados em notícias anteriores e o mais importante era acompanhar evoluções estatísticas ou legais.

Se a minha primeira forma de abordagem consistiu em ler os relatórios para obter o máximo de informação e depois complementar com a consulta do GESCO, ficou claro que perdia muito tempo na leitura de relatórios tão extensos. Aconteceu deparar-me com o artigo da Lusa e ter que mudar toda a forma de abordagem. Comecei então a fazer precisamente o contrário: consultar primeiro o GESCO sobre o tema e só depois mergulhar num relatório, já com outros olhos.

Trabalhei fora da redacção muitas vezes e de início pouco tempo tinha para me preparar para os temas que ia tratar. Foi várias vezes durante o caminho que realizei briefings autodidactas – imprimir o *press* e todas as informações constantes nos *emails*, adicionar as notícias encontradas no GESCO para me situar (principalmente as do Público para entender o modo de abordagem), pegar em todas as folhas, sair porta fora e ler até ao local. As leituras foram realizadas muitas vezes já no local, o que constituía uma atitude contrastante com os jornalistas que também se encontravam nos sítios, mais descontraídos e sem uma tonelada de folhas na mão – por vezes o estagiário sobressai e muito! Recordei muitas vezes palavras lidas durante a componente lectiva do curso: *“Mesmo que se trate de um acontecimento a cobrir nas horas que se segue, a reportagem exige um mínimo de preparação (...) Nunca partir para uma reportagem com as mãos nos bolsos, confiando no instinto. E na sorte dos grandes repórteres”* (Boucher: 1994, 39).

O que aprendi no decorrer do mestrado pude verificar no terreno da notícia: a leitura de documentação deve ser realizada de forma equilibrada. Se a nossa leitura for escassa, pode fazer-nos perder pontos essenciais que ajudariam à leitura do acontecimento, mas se for em excesso, pode fazer-nos perder um pouco da frescura do ponto de vista à chegada ao local.

Senti por várias vezes que, no decurso da contextualização que realizei para cada tema tratado no jornal, estaria a produzir, na realidade, o meu próprio centro de

documentação com vista ao futuro. Boucher já o assinalara: *“Ao cobrir um acontecimento que se prolonga, ou que pode voltar a eclodir, o repórter constituirá gradualmente a sua documentação pessoal”* (Boucher: 1994, 49).

A documentação que se vai reunindo corre lado a lado com a especialização. A falta de uma especialização acaba por condicionar a nossa visão dos assuntos – com um treino de três meses aprendi a lidar com essa falha, com um treino mais prolongado tornar-me-ei certamente especializada num tema – acredito que seja este o caminho.

#### **4) O jornalismo fora da secretária: o trabalho fora da redacção**

É-nos incutido na faculdade, por variadíssimas vezes, que o trabalho jornalístico é hoje feito sobretudo sentado a partir da secretária. Essa realidade cai-nos como uma sentença em cima: os professores lamentam-no, os colegas que já realizaram estágios noutras publicações confirmam-no. A realidade do trabalho jornalístico foi-me sempre apresentada como um mastigar de *press releases* e de notícias de agências. Mas em três meses de estágio isso só aconteceu por duas vezes.

As notícias tratadas durante o meu estágio foram praticamente todas vividas fora da redacção. No terceiro dia de estágio já estava a ir para a rua. Primeira missão: acção de sensibilização de rua e apresentação de um estudo sobre os perigos do sono ao volante. Praça da Figueira, nove da manhã e pessoas vestidas de ovelha sensibilizam os transeuntes, a pé ou de carro. Como agarrar nisto?

A minha primeira saída foi também o meu primeiro embate com o trabalho jornalístico. O tema é interessante, mas como pegar nele quando nos mandam para a rua e nos deparamos com uma Praça da Figueira vazia, com duas ovelhas panfletárias? Olhar, pensar, analisar. Falar em primeiro lugar com quem está na banca de sensibilização a fazer testes de sonolência a quem passa e entra. Falar com quem faz os testes. Fazer os testes. E depois? Falar com as ovelhas.

Falar com automobilistas que estão parados num semáforo pouco resultado tem: no meio do barulho quando entendem a pergunta já o sinal está verde, para eles.

E ninguém quer parar no meio de Lisboa para ser entrevistado. Perguntas rápidas: “já adormeceu ao volante?”. Respostas monocórdicas. Pergunta para mais sumo: “qual a importância desta iniciativa?”. Quando a resposta é “qual iniciativa?” é certo que não vamos ter tempo para ter um depoimento decente.

Olha-se à volta. Uma praça de táxis. Entre lamentos e discursos prolongados saindo claramente fora do âmbito do que está a acontecer à volta, sinto mais uma dificuldade: interromper alguém que já fala sem nos ouvir e já saiu completamente do tema abordado. Posso ser mal interpretada, tenho muito cuidado, não chega, não se calam nem me deixam perguntar outras coisas. Estou a perder tempo. Tento sair educadamente. Não é fácil. Agradeço três ou quatro vezes antes de me conseguir escapar de vez.

Entre automobilistas, transeuntes, enfermeiros e ovelhas, tenho as declarações suficientes para a reportagem de ambiente sobre a manhã na Praça da Figueira. De tarde, a apresentação do estudo nas instalações do Ministério da Administração Interna. Não tenho cartão de jornalista, entrada dificultada, dias mais tarde, já de cartão na mão, apercebo-me que um pequeno rectângulo de papel faz maravilhas e nunca mais serei impedida de entrar em parte alguma. A apresentação corre normalmente, os testemunhos dos intervenientes à saída também.

Com o gravador cheio de declarações e o bloco de notas numa amálgama de informação, saio para compor o meu texto. Primeira dificuldade: estar agarrada ao gravador, o que se adivinha logo prejudicial – perde-se tempo precioso agarrado a uma gravação. No entanto, o bloco de notas também pode ser um pesadelo. Tomamos nota de tudo o que vemos e que nos parece poder ser importante referir. Mas quando nos sentamos com o tempo contado, as folhas podem ser um vórtice de palavras dispersas.

A minha primeira publicação saía nesse mesmo dia, uma divulgação a este evento, pelo que o texto referente à divulgação do estudo e da iniciativa na Praça da Figueira afigurou-se como o primeiro no terreno. E não correu como esperava. Perdi

demasiado tempo com as gravações e com as notas, não confiei na minha memória e o texto não ficou mais do que um trabalho que foi apelidado de académico pela minha editora – falhei no sentido em que se esperava algo com um registo mais de reportagem do que de notícia.

No início, sair de um sítio, ter que voltar à redacção e ter menos que uma hora para escrever é difícil, sendo ainda pior quando nos agarramos a gravações e notas, descurando o muito simples “o que é que para mim foi mais importante?”. Aprendi a confiar na minha memória auxiliada por um simples bloco de papel, contando com a gravação apenas em caso de “pânico”.

No final do dia, uma nota curiosa: estive um dia inteiro a tratar este tema, mas enquanto o redigia, um grupo de professores desempregados decidiu invadir o Ministério da Educação. Um tema de Sociedade, mas como estava reunida com ovelhas, foi o meu colega estagiário de outra secção que cobriu o acontecimento – ele fez primeira página no dia seguinte e eu nem saí no papel. A ironia das contingências do trabalho de um dia num diário de referência. Há que admiti-la apaixonante. Sorri.

Se ao terceiro dia de estágio, saí para a rua pela primeira vez, no quarto dia de estágio, saí pela segunda. A missão: assistir a um seminário no Centro Cultural de Belém, promovido pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e com o título “A Cidadania Europeia e os Desafios da Empregabilidade”, contando com a participação de Adriano Moreira, Viriato Soromenho Marques e Eduardo Paz Ferreira. Se na primeira saída me confrontei com o trabalho jornalístico como nunca o fizera durante o mestrado (a azáfama, o correr de um lado para o outro, o imprevisto), nesta segunda saída fui confrontada com o facto de ter que me despir da Filosofia para abraçar o jornalismo de vez – o seminário fora muito interessante do ponto de vista filosófico, mas jornalisticamente nada havia a dizer.

À saída e perante aquilo que aprendera a questionar: “o que é que para mim foi mais importante?”, nada me ocorria que fizesse pensar que aquilo poderia dar alguma notícia. Disse-o à minha editora, Andrea Cunha Freitas. E embora tivesse escrito um

texto porque temi assumir a responsabilidade de responder à pergunta: “achas que poderá ter interesse para o leitor?”, as palavras da minha editora relativas a ele foram de certa forma desbloqueadoras para o meu percurso no jornal. Lido o texto, foi-me dito para largar o academismo, para escrever com mais instinto e menos regras. Aprendi. Foi importante entender que por vezes nem tudo aquilo a que assistimos pode ser uma notícia, é preciso colocarmo-nos no lugar de quem lê e ter a frontalidade de assumir que aquilo que passámos uma manhã inteira a cobrir não terá interesse para o leitor.

A terceira saída destinou-se a cobrir um protesto relativo aos problemas sentidos pelos pais e professores do ensino especial no arranque do ano lectivo 2013/2014. O trabalho foi realizado com a colaboração da Graça Barbosa Ribeiro, e foi extremamente positivo. Através dela pude ler melhor os intervenientes da notícia/do acontecimento, colocar questões mais certas e posicionar-me de um melhor ângulo.

Foi também no decurso desta manifestação que me aconteceu pela primeira vez algo que se repetiu por muitas vezes ao longo dos três meses de estágio no jornal Público. A maioria das pessoas presentes nas manifestações olha para o jornalista como um importante transmissor da sua mensagem. Ora, aparte o facto de ser uma constatação óbvia, a verdade é que não esperava tanta esperança colocada no papel do jornalista – às vezes aconteceu-me sentir que muitas das pessoas que me abordaram teriam uma melhor noção do jornalismo que muitos colegas que tenho conhecido neste breve percurso. Olhar, perguntar, saber, informar. É simples e é o que as pessoas esperam de nós.

O jornalismo feito a partir da secretária, conforme aprendi na faculdade ser apanágio nos dias de hoje, aconteceu apenas por três vezes no decurso do meu estágio. A primeira delas no dia 14 de Outubro a pedido da secção Online: pegar num comunicado de imprensa do Banco Alimentar contra a Fome e fazer dali uma notícia. Descobri pela primeira vez o que é que os meus colegas querem dizer quando falam do jornalismo de secretária e do mastigar de comunicados.

O comunicado não tem interesse, a temática é desinteressante e toda a informação é controlada ao ínfimo pormenor, não se tratasse aquilo de um *press release*. Somos incentivados a contactar os responsáveis pela imprensa e tirar mais dúvidas, ou olhar para os anexos que acompanham os comunicados, mas a primeira vez que o fiz a minha notícia não foi publicada. Tratou-se do segundo pedido para escrever um artigo a partir de um comunicado de imprensa.

Tratou-se de um comunicado acerca do Vacinómetro, um projecto da Sociedade Portuguesa de Pneumologia e Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, com apoio da Safoni Pasteur MSD. O *press release* referia elegantemente que mais de um milhão de portugueses com mais de 60 anos já se vacinara contra a gripe e que 52% dos portugueses com mais de 65 anos já o fizera também. Só que ao ler o documento relativo aos dados estatísticos do estudo, deparei-me com uma realidade: dos inquiridos pelo Vacinómetro, apenas cerca de 40% respondeu estar vacinado.

Referi então, no meu texto, que apesar dos resultados positivos relativos aos grupos de vacinação prioritária indicados pela DGS, cerca de 60% da amostra respondeu não estar vacinado. Destes, pouco mais de 25% manifestou intenção de se vacinar contra o vírus na época gripal de 2013/2014. O meu texto, escrito no dia 5 de Dezembro, não foi publicado, optando-se por completar a notícia e publicá-la mais tarde, o que veio a acontecer no dia 19 de Dezembro com assinatura da jornalista Romana Borja-Santos.

A realidade da notícia redigida a partir da secretária e com base nos comunicados de imprensa chegou até mim por três vezes. Todas elas pedidas pela secção Online e todas elas com uma clara mensagem de marketing, o que é expectável quando os comunicados de imprensa são provenientes de empresas com interesses a proteger. É uma fonte, mas com uma clara necessidade de maior cuidado na análise que outras.

## 5) As fontes

Diz o Livro de Estilo do Público que o jornalista deve “*alimentar uma relação assídua com as suas fontes de informação, na base da responsabilização, confiança e respeito mútuos*”, mas isso é difícil de alcançar em apenas três meses de estágio. Nos vários trabalhos realizados tive oportunidade de contactar com alguns tipos diferentes de fontes: as pessoas presentes nas manifestações, os membros de organismos referenciados em notícias e as personagens centrais de reportagens.

Numa manifestação, verdadeiro fervilhar de ideias e acontecimentos, é por vezes difícil acertar na fonte mais adequada. Todos querem falar. Conforme indicado no ponto anterior, as pessoas que se manifestam olham para o jornalista como um meio de fazer chegar a sua mensagem mais longe, mas se por um lado é extremamente fácil encontrar pessoas que queiram falar, por outro é muito difícil encontrar pessoas cujos depoimentos sejam de facto proveitosos para o nosso trabalho.

As pessoas manifestam-se, estão emotivas, gritam, contam, falam, abrem-se totalmente com o jornalista... e fogem muito facilmente do assunto. Jean-Dominique Boucher chama-lhes “*as testemunhas que viram e ouviram tudo*”. Falam mais do que é suposto e o esforço de as fazer regressar ao cerne da questão é gigantesco. Um conselho de que me esquecera: “*«Obrigado, já voltamos a falar», é a saída hipócrita que evitará uma conversa inútil*” (Boucher: 1994, 65).

Por vezes foi difícil conciliar a necessidade de conseguir depoimentos no meio da população com o momento de declarações das fontes oficiais (sindicalistas ou partidárias). Aconteceu-me por vezes quase perder declarações oficiais no meio das manifestações. Os manifestantes falam, nós tentamos compreender o que dizem e o que querem transmitir e nas nossas costas, no meio da multidão, pode estar um membro de uma organização sindical a prestar declarações à imprensa e não se dar conta. Mas também aconteceu ir chamar colegas de outros órgãos de comunicação



perdidos, tanto como eu, no meio da multidão. Aprendi que a cordialidade entre jornalistas é de uma enorme importância.

Na cobertura da inauguração de uma feira de Natal com produtos realizados por prisioneiros, no Ministério da Justiça, foi-nos dito pela assessoria de imprensa que a ministra, Paula Teixeira da Cruz, apenas prestaria declarações aos jornalistas no final da visita. No entanto, antes de tal acontecer, estando a ministra envolta em câmaras de televisão, a TVI decide começar a fazer perguntas. E eu, juntamente com outros colegas, não consegui ouvir nada e não tinha um gravador para esticar o braço e registar as suas palavras. Aprendi, apesar de não me prender às gravações, a necessidade de carregar sempre comigo um gravador. Por pouco corria o risco de sair de um acontecimento sem elementos para apresentar ao jornal, mas um jornalista da Lusa prontificou-se a emprestar aos que ficaram totalmente fora do acontecimento, o seu gravador, para também nós conseguirmos ouvir o que a ministra dissera.

As fontes populares conseguem ser de difícil trato, mas as fontes oficiais também se mostram por vezes desafios a ultrapassar. Na investigação realizada para o trabalho proposto pela Bárbara Wong, que escolhemos ser sobre as doações cadavéricas, foi necessário contactar os departamentos de anatomia das faculdades de medicina do país. E a primeira conversa aconteceu com o Dr. João O'Neill, director do Departamento de Anatomia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

A entrevista não seria publicada como entrevista, mas constituía apenas uma parte da nossa investigação. No entanto aconteceu, perto do fim, ser-nos pedido pelo director do departamento de anatomia que enviássemos o nosso texto para sua apreciação antes de ser publicado. Com a ressalva que só necessitaria de ter acesso às declarações da FCM-UNL e não das outras faculdades e que o intuito seria limpar algumas imprecisões nossas no campo das ciências médicas, nomeadamente termos técnicos.

Diz o Livro de Estilo do Público: *“Os jornalistas do Público não mostram as suas entrevistas aos entrevistados antes de serem publicadas. Em caso algum deve o jornalista aceitar que o conteúdo da entrevista seja alterado e/ou adaptado às conveniências do entrevistado”*. Jean-Dominique Boucher apresenta um ponto de vista diferente: *“A releitura de uma reportagem, ou mais precisamente a releitura de certas passagens em que o entrevistado está implicado, é uma questão de confiança mútua. Para o repórter, é também uma segurança. Quando são abordados problemas de ordem técnica, científica ou médica, certos jornalistas não hesitam em dar a ler aos respectivos especialistas as declarações que foram prestadas. Assim se evita, por vezes, a grande asneira ou, simplesmente, a formulação errónea”* (Boucher: 1994, 74).

A nossa opção foi não disponibilizar absolutamente nada ao nosso interlocutor – a questão científica estava salvaguardada. Tendo a colega de estágio Vera Novais formação e trabalho realizado no campo da Biologia, a correcção dos termos técnicos estava à partida resolvida.

De todas as fontes contactadas no decurso do estágio curricular, uma adivinhou-se mais difícil na aproximação e no efectivo conseguir declarações. A personagem de nome fictício Joana, central na reportagem que escolhi realizar ao longo do meu percurso no jornal, que foi publicada a 29 de Dezembro de 2013 com o título: *Há pessoas que vivem na rua por não quererem abandonar os seus animais* (anexos páginas 55 e 56).

Diz o Livro de Estilo do Público que a *“identificação da fonte favorece a autoridade e a credibilidade da informação”*, mas neste caso, o de uma mulher sem-abrigo a viver nas ruas de Lisboa, foi-me pedido por ela própria, como condição, que a sua identificação fosse ocultada. O Livro de Estilo diz também que *“o sigilo deverá ser admitido apenas em último recurso e só quando não há outra forma de obter a informação ou a confirmação por uma fonte que possa ser identificada”* - e uma mulher a dormir ao relento nas ruas da cidade constituiu por si só uma justificação muito forte para que o seu pedido de sigilo fosse inteiramente respeitado.

O Livro de Estilo diz que os editores do jornal podem *“solicitar aos jornalistas que lhes revelem a identidade das fontes anónimas que utilizam nos seus textos”*, mas também que o jornalista pode recusar estes pedidos, ficando então a decisão de publicação ou não do texto ao critério do editor ou do director da publicação. Não me foi pedido que identificasse a Joana, mas também não o faria e sempre que me referi a ela na redacção foi sempre utilizando o nome fictício escolhido para o artigo. Diz Nelson Traquina: *“O relacionamento entre o jornalismo e a fonte de informação é sagrado e é protegido por lei: a Lei de Imprensa concede o direito ao jornalista de, mesmo em tribunal, não revelar a identidade da sua fonte de informação. Dada a inviolabilidade da relação, a quebra do sigilo profissional por parte do jornalista é um acto grave”* (Traquina: 1993, 172).

A Joana teve um papel central no meu estágio na medida em que acabou por me levar a aprender várias questões relacionadas com o jornalismo: o relacionamento com a fonte, a protecção da fonte e o distanciamento emocional na altura de redigir o texto. Foi uma personagem muito tocante a nível sentimental. Convivi com ela durante os três meses do estágio, procurando-a por várias vezes antes de entrar na redacção e ao final do dia, após o dia de trabalho no Público. Por variadíssimas vezes não a encontrei e por variadíssimas vezes ela recusou falar dizendo para eu voltar uma hora mais tarde. Apareci sempre, sabendo de antemão que ela não estaria lá – o que aconteceu de todas as vezes que ouvi *“volta mais tarde”*. A reportagem acabou por ser feita em três meses mas apenas com duas pequenas conversas arrancadas não a ferros mas com toda a delicadeza e sensibilidade que consegui alcançar. E tive de a ouvir como pessoa comum para depois escrever como jornalista, sem posição nem opinião.

## **6) Da notícia diária à reportagem**

*“A técnica da reportagem aperfeiçoa-se no dia-a-dia. Quer se trabalhe na cobertura de acontecimentos locais ou se esteja instalado num posto mais sedentário, nunca perder uma oportunidade de fazer reportagem. De outro modo, fica-se enferrujado. Perde-se a mão. (...) A prática da reportagem assemelha-se à do piano. É preciso fazer escalas sem cessar”* (Boucher: 1994, 104).

O nosso estágio iniciou-se numa segunda-feira, dia 30 de Setembro. E foi no dia 2 de Outubro que sugeri aquele que viria a ser o meu tema central ao longo dos três meses de estágio: pessoas sem-abrigo que vivem com animais na rua e desenvolvem com eles laços tão fortes que lhes é impensável abdicar da sua companhia para poder entrar num albergue.

A resposta à minha proposta chegou em forma de questões por parte da minha editora. Seria verdade que os abrigos nocturnos não aceitam animais? E teriam estas pessoas condições para tratar dos animais na rua? Teríamos números para apresentar às pessoas? Senti que tinha que “vender” a minha estória, defendendo-a. Diz Boucher: *“A originalidade do assunto, mas ainda mais a originalidade do ângulo escolhido, são bons argumentos de venda”* (Boucher: 1994, 104). Respondendo a todas as questões e explicando o meu ângulo de abordagem, foi-me dado sinal verde para avançar.

Na maior parte das vezes só consegui de facto dedicar tempo a esta reportagem após o trabalho diário no jornal. É preciso tempo para tratar um tema com esta profundidade e só me apercebi disso quando comecei a trata-lo e quando de facto comecei a falar com fontes e a obter respostas. Aí, o desejo de saber mais e de prosseguir a investigação começa a enviar-nos desenfreadamente de um lado para o outro, mas com a necessidade de manter o sentido de orientação apurado. A vantagem deste tipo de trabalho é precisamente esta: a possibilidade de completar sempre o texto. A desvantagem é o curto tempo do estágio – a minha reportagem ficou sempre para segundo plano. O tema começou a ser trabalhado no dia 7 de Outubro e finalizado a 28 de Dezembro, com publicação a dia 29, dois dias antes da data oficial de fim do estágio.

O facto de desconhecer por completo que os abrigos nocturnos não permitem a entrada de animais de estimação, e a possibilidade de isso constituir um impedimento para as pessoas sem-abrigo com animais entrarem nos albergues, fez com que a redacção de uma notícia ou reportagem se mostrasse imediatamente como uma forte possibilidade. Apesar de as questões relacionadas com as pessoas sem-abrigo serem uma presença assídua nos meios de comunicação social, não tomara

contacto com nenhuma abordagem que se aproximasse aquela que tencionava realizar.

Recordei-me uma vez mais do que aprendi na faculdade: é necessário surpreender o leitor. O que Boucher classifica como um espantar: *“O repórter deve conservar intacta, portanto, a sua capacidade de espanto. É o encanto da reportagem”* (Boucher: 1994, 14). De resto, uma reportagem pode ser sempre nova dependendo do ângulo a partir do qual se escolhe abordar a estória. E nem todos temos os mesmos pontos de vista acerca da realidade – é então uma questão de abraçar os nossos e explicá-los aos leitores, surpreendendo-os.

Esta reportagem assentou em dois testemunhos centrais, e tal como referido no ponto anterior, um deles foi fundamental. Tomei contacto com a história da Joana na rua, quando me deparei com ela sentada no chão abraçada ao cão e fomos conversando, mas sempre com alguma dificuldade na aproximação. O Vítor e a Anabela foram encontrados na rua e apresentaram-se imediatamente de muito fácil trato – tinham concedido meses antes entrevistas a alguns órgãos de comunicação social (facto que eu desconhecia) e talvez isso os tenha feito ter uma postura mais aberta à minha aproximação, embora viesse a tornar-se mais tarde num relacionamento com algumas dificuldades.

As personagens principais deste trabalho não poderiam ser mais diferentes entre si. De um lado, alguém que já foi sem-abrigo, que agora vive numa casa e que de cada vez que chegamos espera sempre um retorno em troca de palavras. E de outro, uma pessoa sem-abrigo com todas as reservas em conversar com alguém que não conhece e sem muita vontade de expor a sua vida e a sua situação à imprensa. A reserva de falar com um jornalista é enorme e tem de ser contornada da melhor forma, com delicadeza e tacto, o que demorei algum tempo a entender e alcançar. Neste aspecto, a Joana foi fundamental neste processo de aprendizagem – permitiu-me aprender com os meus maiores erros.

Transformar uma conversa que se teria numa hora ou duas em três ou quatro momentos espalhados por três meses, com duração e disposição variável entre eles foi a maior dificuldade com a Joana. Nunca sabia quando ou onde a encontrar, nem em que estado anímico ela apareceria. Um dia encontrei-a e abordei-a imediatamente perguntando se poderia falar com ela acerca do que me contara – o facto de ser para um jornal não a demoveu e começou imediatamente a falar. Mas quando decidi puxar do gravador e pedir-lhe que me deixasse gravar calou-se imediatamente. E apesar de sublinhar que a gravação seria apenas para minha utilização e não seria divulgada ou mostrada a alguém, afastou-se imediatamente dizendo para voltar mais tarde, que dentro de uma hora estaria ali para falar comigo. E não apareceu.

Aprendi que um gravador pode ser uma arma certa para afastar as minhas fontes... A técnica é *“pesada, não obstante a leveza do aparelho”* (Boucher: 1994, 53). E aprendi, em conversa com colegas no jornal, que por vezes até um simples bloco de notas pode erguer uma muralha entre nós e o interlocutor. Deve-se tirá-lo do bolso, se absolutamente necessário, alguns minutos depois do início da conversa, e se sentirmos que existe espaço para isso. Nas conversas que finalmente consegui ter com a Joana não utilizei gravador nem bloco de notas, mas de todas as vezes que saí de perto dela segui para um café, sentei-me e escrevi tudo quanto me lembrava. É, de resto, um gesto aconselhado no Story-Based Inquiry: *“Try to leave time immediately after the interview – a quarter-hour may be enough – to quickly review your notes and see if there is anything you forgot to take down. Impressions of moods, ambiguities, and other details will appear to you once you leave the room. Capture them.”* (Hunter: 2001, 50).

Percebi então que as declarações da Joana teriam que ser conseguidas como simples conversas, sem o peso de uma “declaração oficial”, sem gravações nem anotações, apenas com a memória como ferramenta. A forma de aproximação alterou-se. Boucher diz que o jornalista que faz uma reportagem é primeiro um espectador, depois um realizador e algumas vezes um actor. Foi nesse princípio que a abordei por vezes, noutro tom e atitude. Quando a encontrava cumprimentava-a descontraidamente, perguntava-lhe se estava bem, conversávamos um pouco sobre

tudo e sobre nada e só depois introduzia o tema: “lembraste do trabalho que estou a fazer? Não percebi uma coisa que me disseste no outro dia...” e a conversa fluía, por vezes enquanto ela andava a pé e eu a acompanhava.

A Joana nunca foi capaz de se sentar comigo a conversar, ou parar um pouco para o fazer. Mas parecendo estar sempre distante acabou por ganhar confiança e confidenciar-me sentimentos em alguns momentos. E, no final, um único pedido da sua parte: nada de fotografias e um pedido de anonimato. Saíra da sua terra e deixara família, uma mulher sem-abrigo a dormir ao relento nas ruas de uma grande cidade. E como refere o Livro de Estilo do Público: *“A utilização de nomes fictícios para proteger a identidade das fontes é admissível apenas em casos excepcionais e deve ser devidamente assinalada”*. A este propósito, este caso teve uma particularidade: o pedido de anonimato do nome do seu cão, devidamente assinalado na reportagem: *“O nome do cão de Joana é omitido neste artigo. A situação de fragilidade em que vivem os sem-abrigo fá-los recear que os seus animais, cujos nomes são muitas vezes tão ou mais conhecidos do que os dos próprios donos, sejam alvo de represálias por parte de quem lhes quer mal”*.

Do outro lado, outra fonte. O Vítor e a Anabela, um casal que se conheceu enquanto sem-abrigo na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e que conseguiu mudar de vida conseguindo uma casa perto do local onde se conheceram, numa rua transversal à avenida. Tiveram ambos ajuda por parte da imprensa que os contactou anteriormente, e esperavam o mesmo da minha parte. Foi óbvio a partir de certa altura que a atitude ia evoluindo para algo absolutamente contrário ao sucedido no primeiro contacto – se a primeira conversa foi informal e aberta, as vezes seguintes olhavam para as minhas mãos vendo se eu levava alguma coisa para eles. Nunca me pediram dinheiro, mas a Anabela pediu-me muitas vezes “presentes”, não sei se por estarmos numa altura de Natal. De todas as vezes respondi-lhe que não tinha presentes para ela. E de todas as vezes fechou a cara, cada vez mais, até chegar ao ponto do nosso relacionamento ser extremamente difícil.

Neste caso fui-me apercebendo da tomada de direcções absolutamente opostas – à medida que as conversas com a Joana me permitiam entrar cada vez mais no seu mundo e na sua vida, com Vítor e Anabela, o afastamento foi sendo rápido quando se aperceberam que não iam tirar nenhum dividendo das nossas conversas. No entanto, o fundamental daquelas personagens para a estória estava lá – viveram na rua e nunca pensaram em abandonar os seus animais para conseguir um abrigo, e encontraram uma casa onde os cães são aceites e vivem com eles.

Deste modo, fazendo face ao assinalado no Livro de Estilo do Público, é desejável *“fazer coincidir o novo com o humano, interessar e aproximar o leitor da notícia, dar-lhe rostos, atmosferas, climas e sentimentos – é a protagonização da notícia. Sempre que possível, a informação do Público deve ser humanizada, ter nomes e conter pormenores suficientemente identificadores que retratem personagens vivas e com interesse para os leitores”*. Foi o que tentei alcançar com a utilização destas fontes, nunca esquecendo o objectivo de conseguir chegar o mais perto possível da verdade: *“journalists should seek to be fair and truthful in reporting what their sources tell them. Factual accuracy entails checking, and double-checking, facts and fairness involves working diligently to get myriad sides of a story by speaking to multiple sources with different and often varying points of view”* (Penenberg: 2007, 4).

Para aprofundar a estória foi necessário chegar às fontes oficiais. Foram contactadas associações de animais e de ajuda a pessoas sem-abrigo, ao mesmo tempo que se procurou saber da veracidade das declarações das personagens principais contactando-se os albergues. Do lado das associações de ajuda aos animais, a União Zoófila e a Animais de Rua mostraram-se rapidamente disponíveis para ajudar na realização da reportagem. O CASA, ao abrigo da sua parceria com a Animais de Rua (AR+CA), foi contactado inúmeras vezes para clarificar pontos ou situações. Do lado dos albergues a situação foi mais difícil. Claramente não desejavam comprometer-se com uma situação em que afirmavam não ter soluções para estes casos. E de todas as associações, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi a de mais difícil alcance – aguardei de Outubro a Dezembro para receber uma resposta dúbia e muito politicamente correcta. *“Os representantes institucionais existem também para*



*defender e vender um ponto de vista: o do organismo ou da autoridade que representam. Têm mesmo o dever, por vezes de desinformar”* (Boucher: 1994, 45). E aconteceu ser contactada mais tarde por um leitor que questionou a SCML acerca da sua resposta à minha reportagem. Disse ele que a resposta por parte da associação foi lacónica: “Desconhecemos o teor do artigo”.

Algumas vezes foi difícil encontrar depoimentos e perceber dinâmicas do tema, pelo que tentei sempre estar mais perto das associações para falar com voluntários. Em Dezembro surgiu a oportunidade de acompanhar com o Público a SCML na sua contagem dos sem-abrigo a viver nas ruas da cidade de Lisboa, mas o trabalho foi entregue a um estagiário de outra secção e fui impossibilitada de o acompanhar, pelo que tive que continuar a avançar sozinha. E assim foi, contactei com alguns voluntários do CASA Lisboa e aproveitei os dois dias da festa de Natal da Comunidade Vida e Paz na cantina da Cidade Universitária para passar umas horas a falar com pessoas e com voluntários e funcionários. Apesar das vicissitudes, o caminho foi sendo feito.

O equilíbrio desta reportagem foi alcançado, julgo, com o depoimento do psicólogo Elias Barreto, especialista na questão dos sem-abrigo. Longe das dinâmicas próprias das fontes institucionais, foi ele quem conseguiu de forma mais informativa estabelecer uma ponte entre as necessidades psicológicas dos sem-abrigo e a importância da presença de um animal de companhia nas suas vidas. De certa forma foi necessário encontrar alguém que explicasse os desejos das pessoas sem-abrigo. E foi encontrado.

No fecho do artigo foi utilizada uma estória contada pela Joana, que considerei ser forte e interessante, apesar de não estar directamente relacionada com o enfoque do artigo. Deste modo, optei por colocá-la no final para que, regressando à personagem central da reportagem e com a qual iniciara a peça, o leitor estabelecesse com ela uma ligação. Através do fechar de um círculo, a escolha foi tornar a Joana a personagem central na estória, mostrando o seu amor pelos animais e a sua crítica social às pessoas que lhes infligem maus-tratos. *“Como na apresentação, utilizar um*

*plano aproximado: um facto, uma imagem forte, uma cena, uma personagem, uma curiosidade” (Boucher: 1994, 87).*

Esta estória de Joana não surgiu como resposta a nenhuma questão, mas sim quando retomou a palavra após um momento de silêncio. O livro *Story-Based Inquiry* sugere a máxima atenção no caso de a fonte nos responder a uma pergunta que não fizemos. E eu aproveitei o desabafo da minha personagem principal para fechar o artigo com ele: *“The dramatic structure of the story is essential to its impact, and leads to a conclusion that is offered by the reporter or a source.”* (Hunter: 2001, 9).

Nota para a alteração, pela edição de texto, da jornalista Ana Henriques ao final que eu redigira. O fecho da reportagem seria:

*“E mataram-no porque não queriam pessoas sem-abrigo a viver no prédio ao lado, “não percebo como é que as pessoas são capazes disto” e emociona-se. Olha-nos nos olhos pela primeira vez e diz-nos para voltar mais tarde.”*

Mas foi-me apontado que o jornalista nunca pode estar presente no final da reportagem. E em virtude disso, o texto foi alterado:

*“Diz que o mataram porque a vizinhança não queria sem-abrigo a viver no prédio ao lado. “Não percebo como é que as pessoas são capazes disto”. Olha para o seu pequeno cão preto e fica com os olhos cheios de lágrimas.”*

Um apontamento para as legendas das fotografias presentes nesta reportagem. Não estando presente no momento da edição do texto nem no processo de composição da reportagem, desconhecia por completo que imagens iriam ser ilustrativas do texto. Por isso não estive presente no redigir das legendas, que estão ambas erradas. A primeira imagem, relativa ao Vítor e à Anabela, diz *Vítor e Anabela viveram vários anos na rua com Kit e Gucci, que nunca quiseram abandonar*. Ora uma simples leitura do texto serviria para saber que ambos viveram meses e não anos na rua com os seus cães. A segunda imagem, dos responsáveis pela parceria AR+CA,

Pedro Pedrosa e Maria Pinto Teixeira, diz na legenda que são *dois dirigentes associativos que estão a tentar resolver o problema no Porto*, quando a sua iniciativa cobre todo o território nacional, tendo sido feita de algum modo alguma confusão com o facto de ambos viverem no Porto.

Tive alguma dificuldade com a fotografia tirada em Lisboa, ao Vítor e à Anabela com os seus cães. A reserva de uma pessoa sem-abrigo quanto à sua exposição social é enorme – e as fotografias, existindo, teriam que ser tiradas em momentos especiais. Com a Joana o problema não se colocava, quando finalmente falou pediu que não fosse fotografada e face às dificuldades que senti, tenho a certeza que um fotógrafo a conseguiria afastar num ápice. Mas pelo contrário, com Vítor e Anabela, com quem a relação se ia degradando a cada dia que passava, notei que o ideal teria sido fotografar nas primeiras abordagens. No entanto, o facto de a reportagem ter sido feita a contagotas em três meses não ajudou nesse aspecto: nem sempre se consegue localizar um sem-abrigo na rua e não se pode andar com um fotógrafo permanentemente atrás. E no dia da fotografia, Anabela ameaçou inclusivamente não querer ser fotografada porque eu não lhe levara um presente no dia de Natal.

## **7) A escrita da reportagem**

*“De que maneira vou abordar este tema? E, para o jornalista de campo: sob que ângulo vou contar o que vi ou ouvi? Pergunta feita sem cessar na vida jornalística de todos os dias. A reportagem constrói-se em redor de um facto, de um acontecimento, de uma situação, vistos e narrados sob um certo ângulo... Mas como? É o ângulo da tomada de vistas em fotografia”* (Boucher: 1994, 31).

No processo de escrita da reportagem “Há pessoas que vivem na rua por não quererem abandonar os seus animais”, a decisão do ângulo de abordagem foi rápida e directa. A minha opção foi estabelecer um círculo a partir do qual se seguisse a estória de Joana, confirmada por associações, apoiada por psicólogos e por outro caso semelhante. No final, fechar o círculo estabelecendo algum tipo de empatia do leitor por Joana. A escrita fluiu sem preocupações.

Na reportagem de grupo sugerida pela jornalista Bárbara Wong aquando do início do nosso estágio, a dificuldade foi maior, talvez devido ao tema: doações cadavéricas: <http://www.publico.pt/portugal/noticia/doar-o-corpo-a-ciencia-1627726>. Num trabalho realizado essencialmente entre uma estagiária da secção de Sociedade e uma estagiária da secção de Ciência, a abordagem poderia ter sido diferente. O tema tanto constitui um tema científico como um tema de sociedade mas a abordagem ficou muito colada à Ciência. Julgo ter ficado aquém do que nos seria possível realizar.

Para este trabalho contactámos seis faculdades e institutos de medicina, duas doadoras e alguns líderes religiosos. E a primeira fase incluiu entrevistas sobretudo às faculdades para entendermos um pouco do processo de doação. Face à enorme quantidade de informação que angariámos, no momento da redacção optou-se por explicar exaustivamente o que descobrimos, apesar de isso quebrar o ritmo do texto e acabar por poder ser prejudicial a uma leitura interessada por parte do leitor. Julgo ter sido decisivo para a realização do trabalho e produção do texto o facto de não seleccionarmos a informação a ser transmitida.

A minha intenção seria avançar em linha com o que aprendera na faculdade. O *lead* deve ser interessante e agarrar o leitor desde a primeira leitura. Assim sendo, sugeri iniciar a reportagem do seguinte modo:

*“Sabias que os alunos de medicina põem dedos de pessoas mortas nos bolsos das batas uns dos outros?”. Foi com brincadeiras dos pais que Verónica Leal descobriu, ainda criança, que existiam pessoas que queriam entregar o seu corpo, depois de mortas, para serem estudados nas faculdades por futuros médicos. E em 2011, aos 44 anos, decidiu doar o seu corpo à ciência. Doou porque diz que é importante para os avanços da medicina e para a formação de novos médicos. Doou porque sabe que há falta de corpos nas escolas.”*

No entanto, o *lead* final ficou:

*“Aos 44 anos, Verónica Leal decidiu doar o corpo à ciência. “Já andava há muitos anos a pensar nisto, mas deixava para trás”, revela a bancária nascida na África do Sul e a viver em Portugal desde 1991. Não tinha nenhum motivo em particular para não o fazer, apenas nunca tomou a iniciativa. Quando finalmente se decidiu, em 2011, e pediu algum tempo ao chefe para tratar do assunto, dizendo-lhe que ia doar o corpo, ele acedeu prontamente. Doou-o porque diz que é importante para os avanços da medicina e a formação de novos médicos. Porque sabe que há falta de corpos nas escolas médicas.”*

O tom mais sério do *lead* acabou por ser seguido como mote para a composição de todo o texto, colocando a atenção mais nos processos científicos do que nas pessoas que habitavam o tema. Tal foi visível no resultado final: apesar da sua qualidade, a escolha das fotografias poderá ter afastado os leitores. Penso que se a opção tivesse sido alinhar a reportagem pelas pessoas dentro da estória, fotografando-as, o resultado teria sido mais positivo.

Por um lado, a reportagem deve agarrar o leitor desde o primeiro instante: *“start with the moment that will hook the viewer – the most powerful scene you have (...) it must lead the viewer to ask: “How did this happen?”* (Hunter: 2001, 68), e por outro, a sua leitura não pode significar uma luta de obstáculos para o leitor (Boucher: 1994). Mas julgo ter sido esse o resultado do trabalho. O texto desenvolve-se num lento discorrer de toda a informação que foi angariada, levando até à exaustão a descrição de números e procedimentos médicos. Não joga com a atenção do leitor, nem com o seu interesse, não tem ritmo, é um lento remoer. Criticamente, julgo que seria necessária uma abordagem diferente.

## **8) A notícia de manifestação como uma reportagem**

*“Uma notícia à primeira vista banal pode ganhar uma dimensão estimulante e, eventualmente, rica de implicações, se o jornalista estiver disponível para captar o imprevisto. Aí intervém aquilo a que tradicionalmente se chamava a nota de reportagem. Para o Público, toda a notícia deve ser pensada como uma hipótese de*

*reportagem e toda a reportagem deve ser inspirada por uma notícia”* (Livro de Estilo do Público p.18).

De um lado reportagens pensadas e planeadas, do outro acontecimentos com tudo a fervilhar à nossa frente. Por muito que nos preparemos para uma notícia de manifestação, não há rigorosamente nada que nos permita perceber o que irá acontecer. E a maior dificuldade é levar o leitor até algo que é também totalmente novo para nós. A chegada ao local, a leitura e a abordagem é dificultada.

Acompanhei quatro manifestações relacionadas com o ensino: sobre o ensino especial, ensino básico, ensino artístico e o dia da prova de avaliação dos professores. Destas, duas foram especialmente emotivas.

O protesto dos professores do ensino artístico marcado para a porta do Ministério da Educação primou pela originalidade. Cantaram coros, tocaram orquestras e tudo culminou com uma invasão no edifício do ministério para entregar uma carta e exigir uma reunião com um responsável. O referido anteriormente no ponto 5 acerca da atenção que é necessário ter durante as manifestações aquando das declarações dos intervenientes aplica-se também aos momentos inesperados. Enquanto entrevistava um professor, nas minhas costas a mancha da manifestação começou a dirigir-se para dentro do ministério e foi só com o meu cartão de estagiária do Público que consegui que a PSP me deixasse entrar no edifício da 5 de Outubro para perceber o que se passava, já os manifestantes inundavam a entrada do ministério.

Outro momento empolgante viveu-se no dia da realização da prova de avaliação dos professores. Dirigi-me com a jornalista Maria João Lopes para o Liceu Padre António Vieira, em Lisboa, onde o movimento de professores desempregados avisara estar presente em acção de protesto. A entrada para a prova de avaliação processou-se sem qualquer problema, apenas com a exibição de cartazes e palavras de ordem por parte dos professores que não realizariam a prova. No entanto, a certa altura um grupo de professores decidiu forçar o portão de entrada da escola, contando

com o auxílio de outros dois que já se encontravam dentro da escola para conseguir efectivamente entrar. O objectivo era claro – boicotar a prova.

Na azáfama, de todos órgãos de comunicação presentes no local, apenas o fotógrafo do Público Enric Vives-Rubio conseguiu entrar. Mas conseguimos-lo encontrar no interior do recinto. Graças à experiência da jornalista Maria João Lopes, conseguimos encontrar uma porta aberta nas traseiras da escola e conseguimos entrar para presenciar o protesto que decorria no interior. No entanto, as passagens para as salas onde se realizava a prova foram fechadas e os protestantes acabaram por sair da escola por sua própria iniciativa e sem o objectivo cumprido – e nós também.

Nesta manifestação ocorreu algo interessante. No rescaldo do final da prova no Liceu Padre António Vieira, a minha editora, Andrea Cunha Freitas, telefonou-me dizendo que tentasse saber junto dos manifestantes se acompanhariam a conferência de imprensa no Ministério da Educação (dali a menos de meia hora). E mal questionei os líderes do movimento, que nada sabiam acerca do assunto, gerou-se à minha frente uma onda de mobilização e eu fiquei com a nítida sensação de que, naquele momento e naquele local, precisava de questionar-me até que ponto o meu papel, como jornalista, passara de cobrir um acontecimento para provocar uma situação.

O protesto deslocou-se para a porta do Ministério da Educação onde meros 17 manifestantes conseguiram cortar a avenida e tentaram por inúmeras vezes entrar no edifício à força. Pela primeira vez foi-me aconselhado pelos meus colegas da comunicação social a ter o cartão à mão. E pela primeira vez fiquei do lado de lá da barricada, por trás dos polícias, presenciando tudo em primeiríssima mão e a partir da primeira fila.

Senti que a notícia de manifestação em certos aspectos aproxima-se de uma reportagem. É necessário transportar o leitor para o local da acção, usar os sentidos, ter atenção aos pormenores, recolher citações e não nos limitarmos a um único interveniente. Assim tentei fazer com todos os meus artigos acerca de protestos. “O

*assunto é muitas vezes imposto pelo acontecimento, pelas circunstâncias. Em contrapartida, escolhe-se o ângulo”* (Boucher: 1994, 32).

Tal como indicado no Livro de Estilo do Público: *“O primeiro parágrafo de uma reportagem não é um lead noticioso. Mas a lógica de construção do texto não deixa, por isso, de ser idêntica”*. Exemplo de um *lead* redigido numa notícia de manifestação:

*Quando abriu a tribuna montada em frente ao Ministério da Educação para quem quisesse fazer uso da palavra, Mário Nogueira, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), afirmou estar ali para exigir uma reunião com um responsável e estendeu o convite aos manifestantes professores para o acompanharem. Assim foi. Os cerca de 100 professores do ensino artístico especializado que protestavam na 5 de Outubro invadiram o ministério para entregar uma carta pedindo uma reunião urgente com o secretário de Estado do ensino e administração escolar, João Casanova Almeida. E ameaçam voltar se o pedido não for satisfeito em breve.*

#### **9) A notícia institucional, uma notícia diária**

*“Conventional news reporting depends largely and sometimes entirely on materials provided by others (such as police, governments, companies, etc.); it is fundamentally reactive, if not passive.”* (Hunter: 2001, 10)

No decurso do meu estágio acompanhei eventos noticiosos de manifestações, protestos, acções simbólicas mas também institucionais. O primeiro e o mais difícil referiu-se à apresentação de um estudo do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) acerca do consumo de drogas em Portugal (anexos página 58).

A conferência fora convocada para esclarecer a imprensa após a manchete do Expresso referindo-se ao mesmo estudo no fim-de-semana anterior. Absorvida por esse acontecimento, escolhi agarrar a notícia por esse ângulo, como uma continuação de um assunto que tinha andado na ordem do dia na mesma semana. No entanto tive



imediatamente dificuldades na abordagem do tema e foi graças à ajuda da jornalista Andreia Sanches que consegui alcançar o melhor ângulo de abordagem para esta notícia: simplesmente analisar os dados.

O *lead*, no qual tive ajuda da Andreia Sanches:

*“Está a crescer o número de utentes que acorrem às unidades de saúde criadas para dar resposta ao problema de dependências. No ano de 2012, 5668 pessoas foram pela primeira vez a um centro de respostas integradas (CRI), mais mil que em 2011. A principal razão é a utilização de drogas: heroína e cannabis são as substâncias mais consumidas.”*

Na semana seguinte, na apresentação de um estudo na Direcção-Geral de Saúde, pude construir o meu *lead* com base no que aprendera (anexos página 59):

*“A obesidade atinge 1 milhão de adultos em Portugal e 3,5 milhões são pré-obesos. São os principais resultados de um relatório apresentado ontem pela Direcção-Geral de Saúde que revela números preocupantes nos mais novos: cerca de 15% das crianças entre os 6 e os 9 anos são obesas e mais de 35% sofrem de excesso de peso. As questões socioeconómicas parecem ter uma influência decisiva neste problema. “Quando o rendimento familiar diminui, aumenta a prevalência da obesidade”, resumiu Pedro Graça, director do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.”*

A regra manteve-se nas restantes notícias: uma conferência de imprensa do Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), do IEPF em conjunto com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, da Fenprof, ou do Ministério da Administração Interna. Recolher o dado mais importante, o facto mais relevante, o mais surpreendente, apresentá-lo no *lead* e desenvolver a notícia a partir daí. Muito diferente da azáfama da notícia de protesto e manifestação e bem longe de qualquer possibilidade de realizar um registo aproximado ao de uma reportagem.

## **IV – O balanço de três meses de estágio**

Foi extremamente recompensador realizar o estágio curricular no jornal Público. Pude aprender num jornal referência um pouco do que é ser-se profissional nesta área e apliquei na prática o que aprendera na teoria na faculdade, porque por muitos exercícios que se realizem, não há nada como sermos atirados para o meio de situações que desconhecemos e termos que sair dali com algo. Questiono-me se em meros três meses aprendi tanta coisa, como será quando conseguir prosseguir esta via profissional.

Todos os dias de estágio constituíram uma aprendizagem de algo novo e um balanço relativamente ao que foi aprendido na faculdade. E mesmo aquilo que poderia ter dificultado a minha evolução ao longo do estágio: a falta do editor da secção na redacção, fez com que tivesse que me tornar mais autónoma e certa das minhas escolhas e caminhos.

### **1) Um percurso diário num jornal diário**

O meu percurso ao longo dos três meses de estágio foi sempre de aprendizagem. Uma aprendizagem diária num jornal diário, onde muitas vezes houve pouco tempo para nos informarmos sobre os temas antes de sair da redacção para os acompanhar. Onde foi preciso correr e esperar pela notícia e pelo momento. Onde foi preciso aprender a colocar a nossa emotividade de lado e ter a sensatez de saber ler fria e imparcialmente os dados e notícias que chegaram.

Entre a notícia diária, maioritariamente institucional e a reportagem, julgo ter sido mais bem-sucedida no segundo registo. E foi no último trabalho ainda dentro do jornal que julgo ter colhido os frutos do meu trabalho: reconhecimento. E por parte de quem mais interessava: a minha editora, que acompanhou a minha evolução; os meus colegas; os leitores (li comentários na Web e no Facebook muito positivos) e um contacto telefónico oferecendo ajuda directa às personagens presentes na reportagem sobre os animais. Foi no penúltimo dia de estágio que fui contactada por uma associação que presta auxílio a pessoas carenciadas e aos seus animais, prevenindo o

seu abandono por falta de condições económicas. E encaminhei a informação ao Vítor, à Anabela e à Joana, para que pudessem contactar a associação directamente. Informei, mostrei uma realidade que as pessoas desconheciam e consegui ajuda efectiva para aqueles cujas histórias mostrei aos leitores.

## **2) Adequabilidade das competências adquiridas no mestrado**

Iniciei o meu mestrado como trabalhadora-estudante, por vezes sem possibilidade de assistir às aulas e vinda de uma área de estudo diferente da larga maioria dos meus colegas. Iniciei o meu estágio com poucas noções práticas de trabalho a não ser o que foi realizado nas unidades curriculares que pressupunham saídas de trabalho. Talvez tenha tido um maior caminho a percorrer, mas também constituiu uma enorme aprendizagem.

A ausência do editor na secção poderá ter sido difícil de ultrapassar no início, quando ainda estava pouco certa dos ângulos de abordagem a seguir, mas acabou por se tornar positiva. Tal como mencionei anteriormente, foi uma forma de desenvolvimento da minha autonomia e absoluta necessidade de encontrar sempre uma solução para os problemas que surgiram, sem ficar à espera que alguém apontasse o caminho por mim.

No âmbito da componente lectiva do mestrado foi possível tomar contacto com os professores, presentes no momento da escolha dos temas de trabalho, da escrita e da entrega final. No estágio curricular, a falta de um editor fez com que muitas vezes não soubesse que tema escolher ou como escrever melhor. Mas a aprendizagem foi sendo feita com o apoio dos colegas de redacção e de estágio e com a autonomia de que pude dispor. Fez-me crescer.

Senti a falta de poder acompanhar a edição dos meus textos. Apenas tive algum apoio nesse sentido no início do estágio, com a minha editora de secção e no meu último texto, cuja edição ficou a cargo da jornalista Ana Henriques, que recorreu ao meu contacto telefónico para tirar dúvidas relativas à minha reportagem. Muitas vezes os textos foram alterados sem existir qualquer pergunta ou pedido de informação, o

que produziu por vezes erros. Um exemplo: a alteração realizada às regras de atribuição das bolsas de estudo para o ensino superior, com a retirada da questão das dívidas contributivas e tributárias dos membros do agregado familiar do estudante. O título redigido por mim dizia: *Dívidas contributivas do agregado familiar não contam para a atribuição de bolsas de estudo*, mas quem editou o texto corrigiu para: *Dívidas dos pais não contam para a atribuição de bolsas de estudo* (anexos página 57). Mais do que uma imprecisão, um erro cujo próprio Secretário de Estado do Ensino Superior corrigira, à minha frente, nessa manhã, quando a jornalista da Lusa que acompanhava o caso se referiu “às dívidas dos pais”. Em causa estavam de facto as dívidas do agregado familiar, nem todos os alunos vivem com os pais.

Fui corrigida algumas vezes, principalmente nos *leads*, naquilo que classificaram como “academismo”. O Público não responde à letra à regra clássica do quê, quem, quando, onde, como e porquê. Diz o Livro de Estilo: *“Respeitar as regras não significa que o jornalista adopte uma visão burocrática ou oficiosa dos acontecimentos. Pelo contrário, o lead deve conter sempre um elemento de novidade e frescura noticiosa”*. E embora tivéssemos aprendido a redigir *leads* no âmbito do Mestrado, este foi um ponto fraco à entrada do estágio, juntamente com a escolha de títulos e de temas de trabalho.

Revelou-se um desafio redigir notícias rapidamente e ainda pensar em tornar o texto atractivo para o leitor. Foi-nos dito por várias vezes na faculdade para escrevermos pensando que o nosso texto iria ser lido por alguém que nunca lera nada acerca do que estávamos a escrever. E o mesmo é lembrado no Público a cada instante. No estudo “Educating Journalists: a new plea for the University tradition”, é transmitida a ideia de que o trabalho dos jornalistas pode ser dividido em três partes: angariar da informação, analisá-la e apresentá-la ao leitor, num artigo, da forma mais atractiva possível: *“journalism lives in a matrix of technology, economics, law and policy, audience preferences, and professional standards. All of these elements are fluid, and what happens in one affects all the others”* (Folkers, Hamilton & Lemann: 2003, 5). Tudo está, efectivamente, ligado.

### **3) Dificuldades encontradas: problema, solução, acção**

Conforme referido ao longo deste relatório, não ter o editor da secção presente na redacção revelou-se inicialmente uma dificuldade acrescida para quem entrara num estágio com pouca noção prática de como fazer jornalismo (e logo no diário referência a nível nacional e numa das secções com mais visibilidade). Senti que o arranque poderá ter sido um pouco lento, mercê da minha dificuldade em adaptar aquilo que aprendera na faculdade à realidade do trabalho na redacção.

No entanto, o auxílio da minha editora Andrea Cunha Freitas foi fundamental aquando da leitura dos primeiros artigos redigidos, apontando sempre formas de melhorar a minha escrita. Dois conselhos essenciais que segui até ao fim do estágio: em primeiro lugar, sentir a notícia e o que de mais importante se passou para o poder contar ao leitor; em segundo lugar, esquecer completamente o academismo e soltar-me na escrita, deixando as regras de lado.

Quando não tive o acompanhamento da minha editora, tive a ajuda de alguns colegas de secção, tanto em Lisboa como no Porto. E no primeiro texto em que não consegui agarrar o tema, sobre o estudo do SICAD, foi a jornalista Andreia Sanches que me desbloqueou e me ensinou a ler os estudos e, também aqui, sentir qual a melhor forma de analisar dados e apresentá-los ao leitor.

De início, as maiores dificuldades foram sentidas ao nível de redacção de notícias, mas também da apreciação, *in loco*, do que seria mais importante transmitir ao leitor. Das primeiras vezes que cheguei à redacção depois de acompanhar acontecimentos na rua, hesitava quando me perguntavam o que é que tinha acontecido de mais importante. Mais tarde, com treino e com menos apoio, acabei por ter de ser mais decidida e autónoma, o que fez com que tivesse que ir, saber, entender, ler e escrever.

A resolução dos problemas encontrados ao longo do estágio apoiou-se em dois aspectos principais. Por um lado, a maior dificuldade acabou por ser a minha força –

ter alguma autonomia para avançar. Por outro, pensar no que aprendi na faculdade não como regras rígidas mas como uma base para procurar e apurar o meu estilo.

## CONCLUSÃO

A minha apreciação como estagiária no Público será sempre parcial na medida em que me encontrei apaixonadamente de um dos lados da questão. Ao longo dos três meses de estágio trilhei o meu caminho de aprendizagem com todo o apoio de um grupo de trabalho que concentra profissionais do jornalismo e estagiários.

No *site*, o espaço “autores” apresenta aos leitores uma breve nota biográfica, uma fotografia e o *email* dos jornalistas que escrevem no Público. De fora ficam os estagiários, não obstante serem autores de peças que assinam e que ficarão para a prosperidade. No entanto o jornal permite que assinemos as nossas peças, o que nos responsabiliza perante a publicação, o leitor e perante a nossa própria consciência, constituindo para além de tudo isso uma forma de compensação pelo trabalho realizado. Os órgãos de comunicação devem dialogar com os leitores. Dan Gillmor afirma-o: *“Espanta-me que algumas organizações continuem a não indicar o endereço de e-mail dos repórteres (e muito menos o dos editores) no final dos artigos. Se os artigos até são publicados na Web, não existe desculpa plausível para não se indicar a forma de contacto. Uma organização informativa que não consegue passar este teste, nem por sombras está interessada em dialogar com o seu público”* (Gillmor: 2005, 119 e 120). O Público dá o exemplo.

Penso ter realizado um bom percurso ao longo dos três meses de estágio, sobretudo porque evolui significativamente ao longo do tempo em que estive a colaborar com o jornal Público. Evolui na avaliação da notícia, na leitura dos acontecimentos, na relação com as fontes e no redigir da notícia, culminando a aprendizagem alcançada com a reportagem “Há pessoas que vivem na rua para não abandonar os seus animais”. Este foi um trabalho pensado no início do estágio, realizado durante três meses e sempre que tive algum tempo para além do que me era assignado ao abrigo da minha presença na secção. E culminou com um texto que penso ser exemplificativo da minha progressão.

Ouvimos várias vezes na faculdade que devemos surpreender o leitor. Jean-Dominique Boucher diz que o leitor pede que o espantem. O espanto é o princípio fundamental da Filosofia: não sermos indiferentes ao mundo e questionarmo-nos. É este também o princípio do trabalho jornalístico. Ao surpreendermo-nos, queremos saber mais para podemos surpreender o leitor, espantando-o e levando-o a querer conhecer mais.

O jornalismo é uma disciplina abrangente: “journalism is a borrowing discipline, using the theories and methods of others. Rather than fighting this, journalism educators should embrace it as a strength and broaden interdisciplinary study still further” (Folkers, Hamilton & Lemann: 2003, 48). Recordo o último dos dez conselhos para alunos de jornalismo, do Professor António Granado, publicados no *blog* Ponto Media: “diversifica a tua formação”. É essencial que os jornalistas estejam atentos aos contextos económicos, culturais, históricos e legais nos quais o jornalismo e as suas histórias se desenvolvem: “journalism schools should not exist in a self-enclosed worlds of news organization culture; their students will be in that world soon enough, and the schools will do them a great favor by introducing them to material that newsrooms cannot” (Folkers, Hamilton & Lemann: 2003, 62). O meu caminho é inverso: chego de uma área diferente do jornalismo. Saio com muito para aprender ainda, em múltiplas áreas e disciplinas.

O estágio curricular afigura-se como precioso numa aprendizagem realizada num mestrado de via profissionalizante como é o de jornalismo: *“it’s crucial (...) that the idea of producing journalism at journalism schools, in class assignments when possible and through larger institutional efforts, be understood as different from producing journalism in a news organization”* (Folkers, Hamilton & Lemann: 2003, 65). É a oportunidade de aplicar o que aprendemos e moldar essa aprendizagem às reais exigências do mercado de trabalho para o qual o mestrado se direcciona.

Hoje qualquer pessoa pode criar notícias na *web*, mas compete aos jornalistas fazer a diferença: *“we must tell the story of how people need reliable news and information to run their communities and theirs lives. We should tell people more*



*about how and why journalists do what we do*” (Newton: 2013, 68). Um bom ensino na área do jornalismo ensina os estudantes a desenvolver a sua curiosidade e a procurar as respostas para as suas questões (Scruggs: 2012). Mas é necessário aprender para lá da faculdade: *“no university can teach a student everything they need to know in their future career. That’s what life does”* (Breiner: 2013).

Numa época onde não há emprego e onde, de fora, nos dizem que o jornalismo não é uma área a seguir por todas as dificuldades que se conhecem, um estágio curricular como este proporcionado pela faculdade, faz-nos ignorar as vozes dissonantes e olhar para o futuro com esperança: é isto mesmo que queremos.

Diz Moisés Martins que o jornalismo *“funda o espaço público como um espaço de palavra cívica: de comprometimento, e não de compromisso; de combatividade, e não de atonia; de desassossego crítico, e não de acomodação; de diversidade que afirme diferenças e se constitua tanto pelo consenso como pelo dissenso, e não de homogeneidade que aplane diferenças e tudo empape numa indistinção consensual”* (Martins in Oliveira: 2010, 9). De saída, somos livres de investigar o que quisermos e de publicar o que produzirmos, sem obedecer a grandes grupos económicos ou à agenda das publicações.

Agora resta continuar.



## BIBLIOGRAFIA

Livro de Estilo do Público (2005). Público – Comunicação Social, SA.

Anderson, C.W.; Bell, Emily; Shirky, Clay (2012). *Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present*. Tow Center for Digital Journalism. Columbia Journalism School.

Bartlett, Rachel (2014). *New York Times to add 'new products' for digital subscribers*. <http://www.journalism.co.uk/news/new-york-times-to-add-series-of-new-products-for-digital-subscribers/s2/a556031/>

Boucher, Jean-Dominique (1994). *A Reportagem Escrita*. Editorial Inquérito.

Breiner, James (2013). *Skills every aspiring journalist should learn*. <http://ijnet.org/blog/skills-every-aspiring-journalist-should-learn>

Folkers, Jean; Hamilton, John Maxwell; Lemann, Nicholas (2003). *Educating Journalists: A New Plea for the University Tradition*. Columbia Journalism School.

Fowler-Watt, Karen; Allan, Stuart (2013). *Journalism: New Challenges*. Centre for Journalism & Communication Research Bournemouth University.

Gillmor, Dan (2005). *Nós os Media*. Editorial Presença.

Granado, António (2008). *10 Conselhos para alunos de jornalismo*. <http://ciberjornalismo.com/pontomedia/?p=2865>

Hunter, Mark Lee com Hanson, Nils; Sabbagh, Rana; Sengers, Luuk; Sullivan, Drew; Svith, Flemming Tait; Thordsen, Pia (2011). *Story-Based Inquiry: a manual for investigative journalists*. UNESCO.

Martins, Moisés (2010) - Prefácio a *Metajornalismo. Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coleção Comunicação e Sociedade. Grácio Editor. Coimbra.

Newton, Eric (2013). Searchlights and Sunglasses. Field notes from the digital age of journalism. <http://searchlightandsunglasses.org>.

Oliveira, Madalena (2010). *Metajornalismo. Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coleção Comunicação e Sociedade. Grácio Editor. Coimbra.

Penenberg, Adam L. (2007). *NYU Journalism Handbook for Students. Ethics, Law and Good Practice*. Department of Journalism - Faculty of Arts and Science. New York University.

Scruggs, Afi-Odelia (2012). *In defense of journalism education: The 3 essentials it teaches*. <http://www.poynter.org/how-tos/journalism-education/190429/in-defense-of-journalism-education-the-3-essentials-it-teaches/>

Silva, António José Lopes (2006). *Os Diários Generalistas Portugueses em Papel e Online*. Coleção Media e Jornalismo. Livros Horizonte.

Sirkkunen, E., Cook, C., Pekkala, P. (2012). *Chasing Sustainability on the Net*.

Traquina, Nelson (1993). *As Notícias in Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Coleção Comunicação e Linguagens. Editora Vega.

## **ANEXOS**

# Há pessoas que vivem na rua por não quererem abandonar os seus animais

Soluções para tirar da rua sem-abrigo não contemplam na maioria das vezes os bichos que os acompanham para todo o lado, apesar de especialistas reconhecerem a importância da relação de quem não tem casa com o seu animal de estimação

## Sem-abrigo Natalia Vilariño

O cão anuncia-lhe a chegada. É pequeno, preto e avança decidido, parecendo indicar o caminho a quem o segue. Atrás dele surge uma mulher, vinda do meio da multidão que cruza o Chiado nos dias que antecedem o Natal. Vem com cobertores nas mãos, ar cansado e olhos no chão. São duas da tarde e ainda não comeu nada. "Ainda não fiz dinheiro, quando fizer, logo como". É mais um sem-abrigo que engrossa a lista de pessoas que vivem na rua em Lisboa. Quando se lhe pergunta porque é que não dorme num dos abrigos para quem não tem casa, a resposta é imediata: "Porque não me deixam entrar com o meu cão, dizem que não podem estar lá animais. E eu prefiro ficar na rua que ficar sem ele".

Joana, nome fictício, vive na rua desde os 43 anos de idade, já lá vão cinco anos. Não consegue arranjar trabalho. Embora não desista, tem cada vez menos esperança: "Para tudo dizem que sou velha". Ex-tóxicodependente, encontra-se em tratamento com metadona: "Já não é a primeira vez, vamos ver...". Vivía com a mãe e os irmãos no sul do país, mas conta que a família nunca se juntava para partilhar sequer uma refeição à mesa. Quando começou a consumir droga as ruas de Lisboa foram o passo seguinte e o cão pequeno que não pára de a olhar tornou-se o seu companheiro inseparável: "É melhor para mim que a minha família, que não quer saber de mim para nada", confidencia, enquanto lhe faz uma festa na cabeça.

Diz que não há nenhum abrigo destinado a pessoas que vivam na rua que aceite a entrada de animais e que nunca aconteceu chegar a um sítio e sentirem compaixão pelo seu cão. Joana compreende que lhe digam que os animais não podem ficar com os donos nos abrigos: "Era uma grande confusão se entrássemos todos com eles". Mas não entende porque é que, havendo tantos sem-abrigo a viver com animais, não se constroem canis nos albergues para "receber os bichos com condições".

Mas não como nos canis municipais, "onde estão condicionados e presos", observa.

Vai dormindo na rua, em casas abandonadas, onde quer que se sinta segura. "Sempre com o meu bicho, não o largo", diz, enquanto passa o braço pelo cão. Uma vez, conta, chegou a entrar para um abrigo na zona ribeirinha, mas só depois de encontrar um sítio para o cão ficar durante a noite. A União Zoófila acolheu o animal e Joana passou a pernoitar no abrigo. "Durante 15 dias fui deixar o meu cão todos os dias a Sete Rios e voltei para o abrigo para dormir. No dia seguinte lá ia de manhã buscá-lo outra vez". Não durou muito tempo, "ele vinha com uns olhinhos tão tristes..." Joana voltou para a rua.

Margarida Saldanha, da direcção da União Zoófila, diz que a associação soube do caso de Joana através de uma voluntária, que teve conhecimento da sua situação. "Ela adora o cão, separar-se dele está fora de questão", conta. "Até chegou a querer fazer voluntariado para estar mais perto dele". A maioria das pessoas que recorre à União Zoófila chega com "dramas sociais", mas a associação não recebe fundos que a ajudem a acudir a estas situações: "Os animais não estão abrangidos por esta ajuda a nível do Estado e nós ajudamos, mas só até certo ponto".

"A responsabilidade do Estado é criar condições, ter uma área focalizada para esta realidade. O canil municipal teria todas as condições para ser exemplar", afirma Margarida Saldanha.

A Zoófila tem conseguido prestar ajuda outros casos, como o da separação de um casal que deixou na rua um dos seus membros, juntamente com os seus dois cães. A associação ficou com os animais enquanto o dono procurava casa. Mas o conhecimento destas realidades, diz a mesma responsável, chega pelos voluntários ou por outros particulares. Nunca por uma via institucional: "São as pessoas que nos vêm pedir ajuda, as instituições não o fazem".

Joana já recorreu à União Zoófila para tratamentos veterinários. Um dia deixou o seu cão sozinho e quando voltou encontrou-o ferido: "Até

hoje não sei o que lhe aconteceu". O nome do cão de Joana é omitido neste artigo. A situação de fragilidade em que vivem os sem-abrigo faz-lhes recear de que os seus animais, cujos nomes são muitas vezes tão ou mais conhecidos do que os dos próprios donos, sejam alvo de represálias por parte de quem lhes quer mal.

## Faltam respostas

Director técnico da Associação de Albergues Nocturnos de Lisboa, Paulo Ferreira afirma que o abrigo da Rua da Cruz dos Poiais não está preparado para receber animais - mas que isso não impede, por si só, a presença dos donos dos bichos: "Já tivemos pessoas que deixavam os animais com outras pessoas e vinham aqui passar a noite". Em cima da mesa chegou a estar a hipótese de construção de uma infra-estrutura destinada a receber animais, num espaço de um pequeno campo de futebol sem uso, mas as obras nunca avançaram. A falta de verbas, questão sempre presente para instituições que, como diz Paulo Ferreira, "vivem ao centimo", foi um dos motivos, mas não o principal. Se as pessoas que abandonassem a instituição deixassem os animais para trás, em pouco tempo a situação seria insustentável. Levantam-se também problemas de vizinhança relacionados com o barulho.

Paulo Cavaleiro, do gabinete de imprensa da Assistência Médica Internacional, explica que são as limitações logísticas, nomeadamente de espaço, que fazem com que os abrigos nocturnos da associação também não recebam animais de estimação das pessoas que a eles recorrem. "O próprio cuidado que os animais exigem tornaria esta hipótese inviável", aponta.

O técnico do Espaço Aberto ao Diálogo da Comunidade Vida e Paz Luís Cruz diz que existe um abrigo religioso em Fátima onde se permite a entrada dos animais de estimação "mediante avaliação e entrevista" prévias. No entanto, se os utentes mudarem de abrigo o mais certo é serem obrigados a separar-se dos seus bichos. A Comunidade Vida e Paz disponibilizou transporte até lá para



Vitor e Anabela viveram vários anos na rua com Kit e Gucci, que nunca qui

## Uma parceria para ajudar quem tem amigos de

Existe desde Julho deste ano um projecto com o objectivo de chegar às pessoas que vivem na rua ou em condições carenciadas e para quem os animais assumem uma grande importância. Com o mote "Para quem perdeu tudo não perca também os seus melhores amigos", a parceria AR+CA nasce de uma colaboração da associação Animais de Rua (AR) com o Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA).

Pedro Pedrosa, director da delegação do Porto do CASA, conta que foi com o arranque do projecto CASA Amiga, na freguesia da Vitória, em Outubro de 2012, que despertou para a necessidade de uma intervenção conjunta. Ao prestar ajuda a mais de 100 famílias carenciadas na zona histórica do Porto, a associação apercebeu-se de

que a maior parte das pessoas "tinha grandes preocupações em ajudar os animais. Neste momento, estão sinalizadas mais de 50 famílias que recebem apoio em matéria de alimentação e cuidado veterinário.

Na avaliação das situações de pessoas sem-abrigo são em primeiro lugar avaliadas as condições físicas do animal e depois dispensado apoio alimentar, esterilização e vacinação, ao mesmo tempo que se tenta "educar o cuidador" dos animais. Serão cerca de 20 os sem-abrigo a receber este tipo de apoio na cidade.

Pedro Pedrosa explica como os animais proporcionam protecção e aconchego físico e psicológico não só a quem vive na rua mas também a quem mora sozinho: "As pessoas estão cada vez mais sós. Os



**Pedro Pedrosa e Maria Pinto Teixeira são dois dirigentes associativos que estão a tentar resolver o problema no Porto**



seram abandonar



um homem que vivia na rua com dois cães, mas no dia combinado ele não apareceu. "Dizia: 'Não os largo, é a minha família'", conta Luís Cruz.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é outra das instituições que afirma ter uma alternativa preparada para estes casos. Embora os seus abrigos não permitam, por regra, o acolhimento de animais de estimação, fonte da Misericórdia afirma estar previsto que, nas situações sinalizadas, seja "elaborado um estudo individual da situação e possível encaminhamento para resposta de alojamento alternativa". Foi o que aconteceu com Vítor, de 53 anos, a quem uma separação difícil e o desemprego apontaram como destino uma vida na rua.

### Uma casa planeada

Vítor assume-se como arrumador de carros. A cada intervalo vai até ao banco do jardim onde estão dois cães pequenos. Têm comida e água à disposição e saltam, alegres, por entre as suas pernas e as do banco onde o aguardam diariamente. Já foi jardineiro, já trabalhou em bombas de gasolina, em montagem de outdoors, "tudo o que aparecia". O trabalho começou a escassear e deu por si a viver na rua em Março deste ano. Nessa altura, assumiu um compromisso consigo próprio: "Conseguir ter uma casa para passar o Inverno". Foi na rua que conheceu a actual companheira, Anabela, sem-abrigo há quatro anos, e um dos dois cães com os quais vive: Kit. Já Gucci, uma cadela de pêlo cinzento encaracolado, foi-lhe oferecida por uma transeunte. Kit apareceu na rua, abandonado. Quando lhe perguntamos se seria capaz de se separar dos seus animais para conseguir melho-

res condições de vida, Vítor respondeu: "Nem morto, preferia passar fome do que os deixar". E conta que um dia uma assistente social da Santa Casa conseguiu arranjar lugar para eles. E os cães? "Ficariam connosco nas mesmas instalações, mas num pátio". Vítor recorda-se de ter dito à assistente que lhe daria a sua resposta o quanto antes. "Não fomos ficar longe dos nossos bichos nem deixá-los num pátio, é a nossa família!", diz hoje. "Com ajuda lá conseguimos arrendar uma casinha".

Os cães são para Vítor uma protecção mas também uma fonte de preocupações e uma companhia. Diz que é impossível estar longe deles e por isso leva-os com ele para onde quer que vá: "Estão comigo o dia inteiro". Os 350 euros mensais da renda da casa e as restantes despesas são financiadas pelo rendimento social de inserção e pelo dinheiro que lhe dão os automobilistas. Trabalho de verdade, diz que não consegue encontrar nenhum. Um dia perguntamos-lhe o que fará se um dos animais ficar doente. A resposta sai rápida: "Eu sei que os veterinários são caros, mas se ficarem doentes tenho que trabalhar para eles. O que quer que eu faça?". Dias depois Kit adoeceu. Vítor conta que o levou imediatamente ao veterinário. Na altura de pagar a conta o médico fez-lhe uma atenção.

### Os vínculos emocionais

O psicólogo Elias Barreto, co-autor do livro "Sem-Amor Sem-Abrigo", explica os fortes vínculos desta população com os seus animais: "São relações que se tornam muito importantes e que acabam por transformar a vida destas pessoas". Para o especialista, assegurar cuidados aos animais conduz muitas vezes a

passos decisivos na vida das pessoas que vivem na rua. Conta que acompanhou um caso de um sem-abrigo que não tinha cuidados médicos consigo, apesar de sofrer de uma grave deficiência numa perna. Ofereceram-lhe uma cadela e começou a cuidar dela com empenho. "Não conseguimos sequer que se inscrevesse no centro de saúde, mas levava a cadela ao veterinário", relata. Passado uns tempos, Elias Barreto reencontrou-se com o homem, que lhe disse que já tinha saído da rua e que estava a viver com um amigo, porque "a cadela estava sempre constipada". Meses mais tarde, quando o encontrou novamente, a sua vida mudara por completo: "Já não estava em Lisboa, tinha voltado para casa da mãe, que estava doente e precisava de ajuda". Para o psicólogo este é um caso paradigmático do trajecto a que uma relação com um animal pode conduzir: "Pessoas que não cuidam delas próprias acabam por redescobrir o cuidar de si próprias, ao cuidarem de um animal".

Estabelecer um vínculo com um animal pode ser muito importante para quem vive na rua: "Um sem-abrigo sozinho ou um sem-abrigo com um cão não é a mesma coisa. Uma relação destas pode ser muito estruturante", diz Elias Barreto. Mas o contrário também sucede: "É possível também que os cães sejam um pretexto para eles próprios não saírem da rua". A separação dos animais de estimação a que a maioria dos albergues obriga pode ser violenta: "É compreensível que seja uma coisa difícil e para o qual não estejam preparados".

Joana já dormiu em casas abandonadas que depois foram entaipadas com tijolos, para impedir a entrada dos sem-abrigo. Conta que teve, há pouco tempo, um cão bebé que numa noite começou a ter convulsões. Depois de agonizar, o animal deitou sangue pela boca e morreu. "O que ele deitou fora cheirava tanto a químicos que percebemos logo que tinha sido envenenado. Nem conseguimos chegar perto dele", descreve. Joana conta que o havia salvo de um dono "que lhe dava tantos pontapés que vinha com a boca toda ferida". Tratou-lhe das feridas, recuperou-o.

Diz que o mataram porque a vizinhança não queria sem-abrigo a viver no prédio ao lado. "Não percebo como é que as pessoas são capazes disto". Olha para o seu pequeno cão preto e fica com os olhos cheios de lágrimas.

## quatro patas

animais são nestes casos cada vez mais uma companhia, e cada vez mais a única. Na sua opinião "as pessoas de rua tratam muitas vezes os animais muito melhor do que as que têm os animais em casa". Maria Pinto Teixeira é presidente da associação Animais de Rua e representa o outro braço desta parceria. Presta aos amigos de quatro patas das pessoas em dificuldades com ajuda alimentar e apoio veterinário. O número de pedidos de ajuda não pára de aumentar e os donativos a descer, lamenta: "Recebemos menos donativos que noutros tempos e com o mesmo orçamento temos que ajudar mais animais". A associação conta com o apoio de quem se disponibiliza para apadrinhar esterilizações e vacinações. Acordos com alguns

supermercados permitem colmatar as necessidades alimentares. Embora a parceria AR+CA esteja já em pleno funcionamento no Porto, em Lisboa tem tido mais dificuldades para iniciar a sua actividade. Até agora apenas está a ser acompanhado um caso, o de um imigrante de origem africana que vive numa habitação devoluta com os seus gatos. Um dia um dos animais apareceu doente e foi necessária uma intervenção veterinária urgente. Até hoje já foram esterilizados dois bichos e outros dois aguardam a sua oportunidade. Para Isabel Antunes, a voluntária que acompanha de perto este caso, "os gatos constituem uma companhia e uma fonte de afecto" do homem, que se encontra longe da sua família e do seu país de origem.



## PJ investiga caso de padre suspeito de abuso de escuteira

**Justiça**  
Mariana Oliveira

**Episódio ocorreu num acampamento em Outubro do agrupamento de escuteiros da Golegã. Padre foi suspenso**

A PJ já abriu um inquérito e, apesar de a investigação ainda se encontrar numa fase embrionária, ontem foram feitas diligências para apurar as suspeitas de abuso sexual que visam um padre da Golegã. A informação foi confirmada ao PÚBLICO por fonte da PJ de Leiria, que não adiantou mais pormenores sobre a investigação alegando que esta está sujeita ao segredo de justiça.

O sacerdote foi suspenso pela diocese de Santarém, após a queixa de uma escuteira que alega que o sacerdote lhe tocou de forma inadequada. O episódio ocorreu num acampamento em final de Outubro organizado pelo agrupamento de escuteiros da Golegã, que tem o pároco como assistente espiritual.

O caso foi noticiado em primeira mão esta quinta-feira pelo jornal local *O Mibrante* e ontem no *Jornal de Notícias* e no *Correio da Manhã*.

A suspensão do padre foi confirmada pela diocese de Santarém, que adianta "ter iniciado um processo canónico de averiguações a propósito de suspeitas sobre um padre da diocese". "É a preocupação pelo bem de todas as pessoas que preside a esse processo. Estão a ser cumpridas todas as normas canónicas que dizem respeito a estes casos", garante a diocese, num comunicado.

O porta-voz do Corpo Nacional de

Escutas, Henrique Ramos, confirma a queixa de uma escuteira que participou num acampamento na região de Santarém, no final de Outubro, onde terão estado cerca de duas dezenas de menores entre os 11 e os 13 anos. "A menina queixou-se que o assistente do agrupamento terá tido um comportamento menos adequado consigo", afirmou Henrique Ramos. E acrescentou: "A escuteira diz que o padre lhe tocou de uma forma estranha". O porta-voz do CNE garante que esta é a única denúncia existente contra este padre no seio dos escuteiros.

Terão sido alguns colegas da rapariga a quem esta decidiu relatar o incidente que a convenceram a contar o episódio aos pais e aos dirigentes do agrupamento. Estes reportaram a situação à hierarquia do Corpo Nacional de Escutas, que encaminhou o caso para a diocese de Santarém.

"O sacerdote encontra-se dispensado de todos os seus encargos. Tal não implica um juízo sobre a sua pessoa, ou sobre os factos, mas favorece a averiguação da verdade", refere a diocese no comunicado, com data de quinta-feira. "A diocese deseja manifestar que está próxima dos jovens e suas famílias e de toda a comunidade. Compreende e partilha a perplexidade e tristeza de todos. Está determinada a colaborar para criar um ambiente sereno e seguro para todos", completa a nota.

Contactado pelo PÚBLICO, o vigário-geral da diocese, Aníbal Vieira, recusa-se a esclarecer se esta é a única queixa existente contra o padre e comenta desta forma o facto de o organismo não ter comunicado o caso às autoridades judiciais: "Agimos correctamente dentro do quadro legal e dos elementos que tínhamos."



### Breve

#### Justiça Jovem julgado por roubar 31 euros de pizzas foi absolvido

O estudante de 16 anos que foi julgado em Lisboa por um colectivo de juizes por alegadamente ter roubado pizzas quando um funcionário lhe foi entregar a encomenda, de 31,50 euros, foi ontem absolvido por falta de provas. Os juizes disseram que "não ficou provado" que o arguido era um dos dois elementos envolvidos, acrescentando que os dois reconhecimentos do arguido feito pelo ofendido — fotográfico e pessoal — não "foram fiáveis".

## Dívidas dos pais não contam para a atribuição de bolsas de estudo

**Ensino Superior**  
Natália Vilarinho

Tinha sido um dos pontos em análise na reunião de Outubro e hoje é uma certeza: as dívidas contributivas e tributárias do agregado familiar dos estudantes do ensino superior deixarão de fazer parte dos critérios de atribuição de bolsas de estudo. E com efeitos retroactivos, pois haverá um prazo de 30 dias a contar da data da publicação em *Diário da República* para reapreciações de processos recusados por esta razão. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Estado do Ensino Superior, após um encontro com associações académicas.

O regulamento de atribuição de apoios sociais no ensino superior, aprovado em 2011 e revisto no ano seguinte, impediu o acesso a bolsas de estudo a alunos cujos pais ou ou-

tros membros do agregado familiar tenham dívidas ao fisco e Segurança Social. A medida foi polémica e criticada pelas associações académicas e também por reitores e presidentes de institutos politécnicos. O provedor de Justiça também deu razão às objecções. Ontem, o Ministério da Educação e Ciência anunciou a revogação desta medida.

A decisão foi comunicada às associações académicas e de estudantes do ensino superior numa reunião com o secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes, que à saída afirmou que esta medida diz respeito a cerca de 3% a 5% da população estudantil com bolsa de estudo. Este recuo significa que os alunos que não se candidataram por estar dentro desta regra poderão propor-se e aqueles a quem foi negada a bolsa poderão voltar a submeter o seu processo para apreciação.

## Tenha o Sistema de Comunicações Mais Avançado da Atualidade!

**Aumenta a produtividade e elimina elevados custos mensais**



Seja operador de si próprio. Tenha os telemóveis e os telefones a fazerem gratuitamente as chamadas para as redes fixas e móveis nacionais e internacionais através da sua central telefónica. Não pague chamadas nem aluguer de linhas. Tenha mais qualidade nas comunicações e economize muito dinheiro mensalmente.



**A BELTRÔNICA**

Estamos em todo o país, informe-se já:

A VERO - BEJA - BRAGA - BRAGANÇA - COIMBRA - ÉVORA - FUNCHAL  
FUNDÃO - GUARDA - LERDA - LISBOA - LUGO - P. DELGADA - PORTALEGRE  
PORTO - SANTARÉM - SETÚBAL - V. CASTELO - VILA REAL - VISEU

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP), SIP/H.323, RDS (BRI/PRI) e tradicional.

Serviço Nacional de Atendimento  
**308 802 470**  
Número Nacional, Chamada Local



PJ investiga mais um caso de alegados abusos sexuais de um padre



## Há cada vez mais pessoas com problemas de dependência de álcool e drogas a procurar ajuda

**Droga**  
Natalia Viarinho

**Cannabis e heroína foram as drogas mais utilizadas pelos novos consumidores em 2012. A crise poderá justificar o aumento**

Está a crescer o número de utentes que acorrem às unidades de saúde criadas para dar resposta ao problema de dependências. No ano de 2012, 5668 pessoas foram pela primeira vez a um centro de respostas integradas (CRI), mais mil que em 2011. A principal razão é a utilização de drogas: heroína e cannabis são as substâncias mais consumidas.

Ontem, em conferência de imprensa, João Goulão, diretor-geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), apresentou os dados relativos ao Movimento Clínico IDT 2002-2012. As recaídas dos consumidores de heroína, a utilização do álcool como antidepressivo e o aparecimento de novas substâncias psicoativas, como o crack, foram identificados como os principais problemas.

"O crack está a aparecer no nosso mercado, na nossa sociedade", disse Goulão. Esta droga, sucedâneo da cocaína, está relacionada com ambientes festivos. "Estes sucedâneos mais baratos, a pasta base e o crack, são altamente geradores de adição, altamente geradores de degradação e têm efeitos comparáveis à heroína, nos contextos de outros tempos, que todos nos lembramos de ver em Portugal", frisou. Não sendo ainda um fenómeno com grande peso na sociedade

de portuguesa, Goulão assinala que o SICAD está atento e a procurar "mecanismos eficazes para o contrariar".

Dos 5700 novos utentes que deram entrada nos serviços de saúde no ano passado, 1872 apresentavam problemas relacionados com o consumo de álcool, 1979 ligados a outras substâncias psicoativas e 1817 pediram ajuda por causa de outras situações – "país que procuram orientação para lidar com problemas em casa e jovens referenciados pelas comissões de protecção de crianças e jovens em risco", referiu Goulão. Dados mais recentes, relativos a Setembro deste ano, permitem observar que há uma continuidade no número de novos utentes: 4381 novos casos entre Janeiro e Setembro, dos quais 34% correspondem ao consumo de drogas.

A cannabis é a droga mais consumida pelos novos utentes: cerca de 488 casos dizem respeito a esta substância, estando em evolução relativamente ao ano anterior. A cocaína e outras substâncias psicoativas também registam um aumento; a heroína, embora surja como a segunda droga mais utilizada, é aquela que reflete uma maior descida no consumo. A heroína está identificada com uma rápida degradação física e é a droga mais utilizada sobretudo pelas pessoas mais velhas, diz o diretor do SICAD.

Se o aumento do número de utentes atendidos poderá corresponder "a um indicador de eficácia e acessibilidade", nas palavras de João Goulão, não deixa de ser preocupante o número de novos casos e aquele que corresponde às readmissões. Cerca de 4700 utentes foram readmitidos nos CRI durante o ano de 2012, e destes 3897 estão ligados ao consumo de drogas e 2418 só de heroína.

O diretor-geral do SICAD sublinhou que o número de readmissões não corresponde directamente ao número de recaídas: "Sempre que um ex-toxicodependente sente que está em risco de voltar a consumir, procura ajuda nos nossos serviços."

A crise poderá ter influência nos casos de recaídas. Embora existam inúmeros factores que poderão conduzir ao regresso ao consumo por parte de um ex-toxicodependente, as crises sociais e económicas e aquilo que arrastam atrás de si, como o desemprego e a estigmatização social, têm o seu peso no consumo de substâncias ilícitas. E a heroína, essa, é uma droga utilizada na "busca do alívio do desprazer", ao contrário de outras drogas com fins recreativos como a cocaína, com Lusa

## Na região de Lisboa e Vale do Tejo quase não se fazem rastreios de cancro

**Saúde**  
Alexandra Campos

**Apesar de o número de novos casos de cancro continuar a aumentar, cirurgias diminuíram ligeiramente em 2012**

Em 2012, a região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) continuava apenas a ter uma cobertura "residual" nos rastreios de base populacional nos dois de três tipos de cancro em que estes programas se justificam (mama e colo do útero), ao contrário do que acontece nas outras regiões do país. As "lacunas graves" da região de LVT são destacadas no relatório *Doenças Oncológicas em Números - 2013*, ontem apresentado em Lisboa, um documento que traça a evolução da actividade assistencial verificada nesta área ao longo dos últimos anos.

Nos rastreios dos cânceros de mama e do colo do útero, a cobertura era "residual" na região de LVT, enquanto no centro e no Alentejo atingia já 100%. Mais atrasado, o Norte apresentava mesmo assim taxas de cobertura de 73% e 47%, respectivamente, enquanto o Algarve tinha uma taxa de cobertura de 100% no rastreio de cancro de mama e de 81% no do cancro do colo do útero.

"As assimetrias regionais devem ser rapidamente eliminadas", recomendam os autores do relatório. "É mais complicado organizar rastreios em centros urbanos", justificou ao PÚBLICO Nuno Miranda, coordenador do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, que se mostra preocupado sobretudo com as lacunas do rastreio do colo do útero em LVT, uma vez que pode haver "uma selecção social negativa", porque as mulheres de rendimento mais baixos vão menos ao médico.

Nas doenças oncológicas, o futuro não se afigura risonho, se não se apostar na prevenção: devido ao envelhecimento da população e à exposição a factores de risco, estima-se que os novos casos de cancro em Portugal continuem a aumentar a um ritmo acelerado.

As estimativas dos especialistas indicam que passaremos de cerca de 40 mil novos doentes (em 2010) para mais de 55 mil em 2030. Nos últimos anos, aliás, só no cancro do colo do útero é que se verificou uma diminuição dos casos tratados nos hospitais nacionais.



Novos casos de cancro continuam a aumentar a um ritmo acelerado

Outro problema destacado no documento é a ligeira redução do número de cirurgias oncológicas e o discreto aumento do tempo de espera (de 25 para 26 dias) dos doentes nos hospitais públicos, em 2012, uma inversão da tendência que se verificava desde 2006 e que carece de explicações. A este propósito, Nuno Miranda defende que a forma de financiamento poderia ser alterada, passando a pagar-se ainda mais por cirurgia oncológica ou penalizando os hospitais que deixem os doentes ultrapassar o

tempo máximo de espera garantido.

Em sentido contrário, os tratamentos com radioterapia e quimioterapia aumentaram de forma "significativa" nos últimos anos, fazendo-se agora quase sempre sem necessidade de internamento, em "hospital de dia".

No relatório, os especialistas chamam ainda atenção para as variações regionais nas taxas de mortalidade de alguns cânceros. Por exemplo, no Norte e no sexo masculino, destaca-se a alta taxa de mortalidade por cancro de estômago, enquanto em Lisboa e Vale do Tejo o alerta vai para a elevada mortalidade precoce por cancro do cólon. Nas mulheres, há altas taxas de mortalidade por cancro de mama em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, comparativamente com as outras regiões do país. Na comparação a nível internacional, há boas notícias: temos menos casos de cancro de pulmão.

De resto, o documento assinala o "crescimento significativo da carga assistencial a doentes com cancro nos hospitais portugueses" e o facto de a maior parte dos doentes oncológicos (26.065, ou seja, 67% do total) já estarem a ser operados em unidades que fazem mais de mil cirurgias por ano, isto é, centros com diferenciação e experiência. Mesmo assim, os autores do documento notam que ainda há muitos hospitais (21) que realizam entre 100 a 499 intervenções anuais e que no ano passado dois ainda fizeram menos de 100 operações a doentes com cancro nos 365 dias do ano. Nestes casos, "terá de se reforçar a partilha de cuidados e modelos de colaboração entre instituições, promovendo afiliações onde se afigurem necessários", recomendam. com Lusa

### Números

**41.705** cirurgias oncológicas foram realizadas nos hospitais do SNS em 2012, menos 0,48% do que em 2011; em 2007 o número de cirurgias a doentes com cancro totalizara 32.527

**3514** morreram em 2011 com cancro da traqueia, brônquios e pulmão; o cancro do cólon provocou a morte a 2668 pessoas nesse ano e o do estômago a 2364

**372.634** sessões de radioterapia foram efectuadas em 2012

**166** oncologistas médicos trabalhavam no SNS no ano passado, mas havia 147 internos desta especialidade



5668 pessoas foram pela primeira vez a um centro de apoio





Novo modelo só deverá beneficiar os doentes com mais dinheiro

## Livre circulação de doentes na União Europeia entra hoje em vigor

**Saúde**  
Alexandra Campos

**Ir tratar-se ao estrangeiro e ser reembolsado pelo Estado sem necessidade de autorização prévia passa a ser a regra**

Em teoria, a partir de hoje, um português que precise de fazer uma cirurgia às cataratas ou às varizes e já tenha ultrapassado o tempo máximo de espera (nove meses) pode ser operado em Espanha ou noutro país da União Europeia (UE) e ser reembolsado pelo Estado. Portugal teve e dois anos e meio para fazer a transposição desta diretiva que permite a liberdade de escolha no acesso a cuidados de saúde no espaço da UE. Mas nada se sabe ainda sobre o trabalho que as autoridades de saúde nacionais estão a desenvolver ou se o prazo para a transposição da diretiva, que termina hoje, vai ser cumprido.

Não há informação sobre questões básicas, como a eventual definição da carteira de serviços a assegurar, sobre as instituições encarregadas de disponibilizar informações aos cidadãos, sobre os prazos de reembolso. O PÚBLICO tentou obter esclarecimentos junto do Ministério da Saúde que respondeu: "Não há comentários ou declarações sobre o assunto".

Aprovada em Março de 2011, a

Diretiva 2011/24/UE garante a mobilidade dos doentes relativamente a cuidados de saúde programados, desde cirurgias a consultas, tratamentos e exames. Na prática, implica que o Estado português passe a reembolsar os cuidados prestados noutros países, no caso de não conseguir dar-lhes resposta em tempo útil nas unidades de saúde nacionais. Até agora, o país apenas tem suportado tratamentos no estrangeiro no caso de "impossibilidade, material e humana" de os cuidados serem prestados em unidades nacionais.

Esta semana, a Comissão Europeia chamou a atenção para a entrada em vigor da diretiva. Em nota, lembrou que vem clarificar "os direitos dos doentes que assentam na livre circulação" e que foram "explicitados em diversos acordos do Tribunal de Justiça Europeu". "No caso dos cuidados hospitalares", refere, "uma das maiores conquistas é o facto de os pacientes poderem escolher o prestador de cuidados de saúde". A Comissão Europeia sublinha ainda a vantagem da menor burocracia que o novo modelo implica uma vez que, a partir de agora, os pedidos de autorização prévia para tratamentos no estrangeiro "devem ser a exceção e não a regra".

Em Portugal, vários especialistas antecipam que esta legislação apenas vai beneficiar pessoas com maiores rendimentos porque os doentes terão que pagar do seu bolso

os tratamentos e esperar para serem reembolsados. Além disso, o Estado cobrirá apenas o custo do tratamento em Portugal, não as deslocações nem o alojamento, e em determinados casos os doentes necessitarão ainda de autorização prévia, por exemplo quando o tratamento implicar um internamento hospitalar de pelo menos uma noite ou se estiverem em causa cuidados de saúde altamente especializados e particularmente onerosos. A diretiva vai "favorecer sobretudo as classes mais endinheiradas" e também as pessoas que vivem nas zonas fronteiriças, antecipa, a propósito, Adalberto Campos Fernandes, professor da Escola Nacional de Saúde Pública.

A nova legislação também permitirá que doentes estrangeiros possam ser operados em Portugal, abrindo, desta forma, uma nova janela de oportunidades para o país. Mas Adalberto Campos Fernandes prevê que o risco de incremento da despesa seja maior do que o da receita, pelo menos numa fase inicial. "O país precisa primeiro de construir uma reputação significativa no sector para conseguir ser exportador", justifica.

Num estudo preliminar realizado em 2011, a Entidade Reguladora da Saúde (ERS) estimava que o impacto iria ser reduzido de início e que, feitas as contas, até haveria um saldo positivo para Portugal, mas também admitia que as estimativas poderão estar "muito afastadas da realidade".

## Quando o rendimento familiar diminui, aumenta a obesidade

**Saúde**  
Natália Vilarinho

**DGS apresentou ontem relatório sobre alimentação saudável que revela que 10% da população portuguesa é obesa**

A obesidade atinge 1 milhão de adultos em Portugal e 3,5 milhões são pré-obesos. São os principais resultados de um relatório apresentado ontem pela Direcção-Geral de Saúde que revela números preocupantes nos mais novos: cerca de 15% das crianças entre os 6 e os 9 anos são obesas e mais de 35% sofrem de excesso de peso. As questões socioeconómicas parecem ter uma influência decisiva neste problema. "Quando o rendimento familiar diminui, aumenta a prevalência da obesidade", resumiu Pedro Graça, director do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.

Na apresentação do relatório "Portugal: Alimentação Saudável em Números 2013", o especialista Pedro Graça defendeu que existe uma relação entre o nível económico e a obesidade. As limitações no acesso aos alimentos são preponderantes para a existência da obesidade: os produtos que fornecem muita energia a baixo custo são mais acessíveis e beneficiam de campanhas publicitárias muito fortes, o que acaba por fazer com que cheguem mais facilmente às pessoas mais carenciadas e com menor grau de instrução, logo, com menor capacidade para evitar o seu consumo, sustentou. A idade e o grau de instrução são também factores importantes: "As pessoas de mais idade e com menos escolaridade

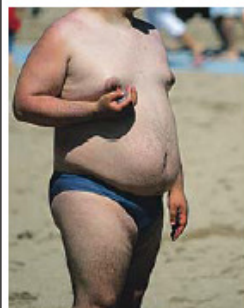
de sofrem mais com a obesidade", constatou Pedro Graça.

De resto, o relatório da DGS mostra que a média de consumo diário de vegetais na sopa aos 6 meses de idade atinge os 96% e no que toca a fruta, os números indicam que mais de 92% das crianças nesta idade consomem-na diariamente. No entanto, as boas práticas alimentares nos mais novos aparecem ao lado de dados menos positivos: numa base diária, mais de 10% das crianças com 18 meses têm acesso a sobremesas doces e 18% a refrigerantes sem gás. Fixa-se quase um equilíbrio no que toca à distribuição do excesso de peso entre crianças do sexo masculino e feminino, embora com prevalência para os rapazes: 34% entre os 6 e os 9 anos apresentam excesso de peso, 18% estão num estado de pré-obesidade e mais de 15% são obesos. Os números relativos a raparigas ficam uns pontos percentuais abaixo: 30% têm excesso de peso, mais de 16% são pré-obesas e cerca de 13% atingiram a obesidade.

A percentagem diária da toma do pequeno-almoço durante a semana é de 89% nas crianças que frequentam o 6.º ano de escolaridade, mas desce para os 71% nos jovens do ensino secundário. O consumo de refrigerantes faz o percurso inverso - à medida que se sobe de escolaridade, sobe a percentagem de consumo semanal deste tipo de bebidas.

A modificação nos hábitos de consumo, com o aumento da ingestão de gorduras e proteínas de origem animal, associada ao sedentarismo, favorece a incidência de obesidade. Alexandra Bento, bastonária da Ordem dos Nutricionistas, referiu que o consumo de sal e a densidade energética dos alimentos constituem um problema que origina outros: "A obesidade por si só é doença e factor de risco para outras doenças, como problemas cardiovasculares, diabetes e hipertensão arterial".

O problema da obesidade resolve-se com apoio profissional integrado no Serviço Nacional de Saúde, acredita Alexandra Bento. Neste momento, existem cerca de 100 profissionais ligados à nutrição nos cuidados de saúde primários do SNS. Alexandra Bento defende um aumento para 200. Fernando Leal da Costa, secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, respondeu que o ministério pretende criar condições para aumentar o número de profissionais: "Não ignoramos que ainda temos algumas falhas que têm que ser colmatadas".



**Mais de um terço das crianças têm excesso de peso**